

30 de Outubro 2017  
Segunda-Feira  
Semanário - Ano 2  
Nº84 / kz 400

Director-Geral  
Evaristo Mulaza



### Sonip arrisca-se ao Tribunal

A imobiliária da Sonangol poderá ser levada à justiça pelos moradores da Vila Pacífica. Em causa, está o facto de a Sonip se recusar a desindexar do dólar o preço das mensalidades, com a argumento de que o Zango 0 não se rege pelas regras das centralidades. Pág. 22

REVELAM FONTES LIGADAS ÀS OPERADORAS

# Sonangol deve 2 mil milhões USD a petrolíferas

A petrolífera pública já acumulou, em 2017, uma dívida próxima dos dois mil milhões de dólares, junto dos grupos empreiteiros que exploram os blocos em que a Sonangol actua como investidora, apurou o VALOR. Em reacção, a empresa liderada por Isabel dos Santos diz que se ressentiu da “baixa drástica no preço do barril do petróleo”. Pág. 18

MASSANO CONFIRMADO NO BNA

## O ‘homem certo’ de João Lourenço



José de Lima Massano regressa ao BNA de onde saiu em 2015 “a seu pedido” para voltar ao comando do Banco Angolano de Investimentos. Massano substituiu Valter Filipe, cuja exoneração ficou antecipada no discurso sobre o ‘estado da Nação’ de João Lourenço. Pág. 14



EMBAIXADOR DE FRANÇA, SYLVAIN ITTÉ

## “Angola precisa de uma revolução económica”

Critica a falta de reciprocidade das autoridades de Luanda na questão dos vistos: “A embaixada de França pede aos angolanos 90 euros para um visto de três anos, e Angola pede entre mil e 1.400. Não dá!”. Sylvain Itté aponta também possíveis caminhos para Angola e diz que o país terá de fazer uma “verdadeira revolução económica”. Págs. 4 a 6

Moedas AKZ 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 196,16 Kz (-0,55) ▼ LIBRA 219,96 KZ (-0,3) ▼ YUAN 25,26 kz (-0,34) ▼ RAND 12,44 KZ (+0) ▲

# Descarregue a App

Visite o website: [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)



# Editorial

## UM PLANO (IN)SENSÍVEL

Uma reportagem da televisão estatal TPA, emitida na semana passada, radiografou o estado dos Transportes Colectivos Urbanos de Luanda (TCUL). Na matéria, sobressaíram apelos reiterados do seu principal responsável sobre a necessidade de aumento da passagem, e depoimentos de trabalhadores que, tendo vários meses de salários em atraso, em nenhum momento se insurgiram contra a direcção a empresa, como tem sido habitual.

Dias depois, os Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL) alertaram para a subida, “a qualquer momento”, do custo do bilhete de passagem naquele curso, com um responsável a anunciar que a actualização se cifraria até 100% do valor actual.

Será quase inevitável ligar o momento em que se deram os dois eventos à revelação sobre um designado ‘Plano Intercalar – Outubro 2017 a Março de 2018’, à luz do qual o novo Governo perspectiva mudanças que deverão endurecer o panorama social dos angolanos.

Em causa está um conjunto de medidas que os próprios economistas do Executivo classificaram de “necessárias e inadiáveis”, para além da possibilidade de serem “impopulares e, consequentemente, politicamente sensíveis”.

O referido plano inclui o “controlo e melhoria da eficiência da despesa pública”, “aumento



da robustez das receitas tributárias” e “consolidação e robustez da política monetária e cambial”, conformando medidas “essenciais, coerentes, necessárias e suficientes”.

O objectivo será assegurar a estabilidade macro-económica para “instaurar um clima de crescimento económico e geração de emprego”, mitigando os “problemas sociais mais prementes”.

As medidas previstas deverão, entretanto, evitar a concentração de impostos sobre os cidadãos mais desfavorecidos através de implementação de medidas complementares, uma preocupação atribuída em particular ao Presidente João Lourenço. O plano não prevê o aumento brusco de subsídios, através do aumento de vários serviços (como os transportes públicos)...

O mais recente plano económico governamental vem a público numa altura em que Luanda se prepara para receber de volta o Fundo Monetário Interna-

cional (FMI) para o tão propalado programa de assistência técnica, goradas que estão as expectativas – nunca dissimuladas – de que o aumento do preço do petróleo levasse Luanda a ver-se livre da presença nem sempre cómoda dos especialistas daquela organização.

Aliás, a prevista introdução em Angola do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), previsto no Plano Intercalar – Outubro 2017 a Março de 2018 - partiu de uma sugestão da organização de Bretton Woods para aumentar a arrecadação de receitas públicas.

Posto isto, e reconhecendo a inevitabilidade de a nova equipa adoptar medidas urgentes que permitam enfrentar a estagnação económica com eficácia, restará apelar para o cumprimento do que se pensa ser uma preocupação central do Presidente da República: a redução do impacto de tais medidas sobre os mais desfavorecidos. Que seja uma abordagem mais prática que teórica, pois os planos, programas e políticas do elenco anterior também previram contra-medidas “pró-pobres” que, entretanto, tiveram como resultado tangível a perda do valor salarial do pacato trabalhador, a miséria crescente, o aumento da legião de comerciantes ambulantes pelas ruas do país.

Tudo ocorre numa altura em que a exoneração do governador do BNA atçou os receios sobre uma desvalorização do kwanza, medida que, sabe-se, certamente viria complicar as contas de milhões de famílias já em condições indignas.



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:**

Evaristo Mulaza

**Directora-Geral Adjunta:**

Geralda Embaló

**Editor Executivo:** António Nogueira

**Editor gráfico:** Pedro de Oliveira

**Redacção:** António Miguel, César Silveira, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

**Fotografia:** Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

**Secretária de redacção:** Rosa Ngola

**Paginação:** Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

**Colaboradores:** Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

**Produção gráfica:** Notiforma SA

**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda

**Tiragem:** 4.000 N° de Registo do MCS: 765/B/15

**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:**

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

**Assistente da Administração:** Mariquinha Rego

**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Arieth Lopes, Geovana Fernandes  
comercial@gem.co.ao, Tel.: +244941784790-(1)-(2)

**N° de Contribuinte:** 5401180721;

**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

**Endereço:** Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

**E-mail:** administracao@gem.co.ao

## A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**Carlos Fernandes,**

PCA da SODEPAC

**Por que razão defende a disseminação dos pólos agro-industriais em Angola?**

Os pólos decorrem de uma reforma da administração económica do país. Angola possui 1.246.700 quilómetros quadrados de extensão e mais de 14 milhões de terras aráveis. Tudo isso não se pode gerir a partir de Luanda. Precisa-se descentralizar e desconcentrar a gestão e ali onde houver condições que permitam que se faça isso, encorajamos que se faça.

**Qual é a capacidade de produção do Pólo Agro-industrial de Capanda?**

Dos resultados projectados, em termos gerais com o aproveitamento global das potencialidades do pólo agro-industrial de Capanda, conseguimos produzir cerca de 35% das necessidades do país de grãos desde que as condições estejam criadas.

**Que apoios o Pólo Agro-industrial de Capanda destina à prática da agricultura familiar?**

Nós assistimos 358 produtores de 27 bairros que englobam mais de 3.500 famílias. Quanto à componente de rendimento, o valor global da produção arrecadado em 2016 cifrou-se em mais de 54 milhões de kwanzas.

TERÇA-FEIRA

Mais de 200 trabalhadores afectos à unidade central da Empresa Nacional de Mecanização Agrícola paralisaram as suas actividades por tempo indeterminado, em protesto contra um atraso salarial de cinco meses. Os funcionários são, contudo, acusados de realizar a greve à margem da lei por não cumprir os pressupostos legais.

QUARTA-FEIRA

Uma nova proposta de Lei da Propriedade Industrial está a ser preparada pelo Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI), com a finalidade de adequá-la às normas internacionais, declarou a directora-adjunta da instituição, Carla Luísa Louro de Carvalho. A nova proposta vai ser levada à discussão pública no próximo ano.

QUINTA-FEIRA

A autoridade de preços e concorrência de Angola está a analisar uma série de propostas que já foram produzidas para a subida da tarifa dos transportes ferroviário, avançou o presidente do conselho de administração do Caminho-de-Ferro de Luanda, Celso Rosa.



SEXTA-FEIRA

O ex-ministro da economia Abraão Gourgel foi nomeado pelo Presidente da República PCA do BDA. Mário Jorge de Alcântara Monteiro para administrador executivo e Amândio Vaz Velho e José Aníbal Lopes Rocha para administradores não-executivos.



SÁBADO

582 micro-empresas foram criadas entre Janeiro e Setembro de 2017, pelo Balcão Único do Empreendedor (BUE) em Cuanhama, no Cunene, declarou o coordenador do BUE, Paulo Simões. Das empresas criadas, 330 estão licenciadas e encontram-se em tramitação na AGT.



DOMINGO

Uma promovida pela direcção da Juventude e Desportos de Malanje reabriu do Centro de Operações de Negócios Jovem (Con-Jovem). Sob o lema "Con-Jovem, o lugar certo para os teus negócios", a feira contou com a participação de mais de 100 expositores diversos.



## SEGUNDA-FEIRA

O controlo da inflação em Angola será uma "batalha muito dura de vencer", se não for perfeitamente normalizado o abastecimento de bens de primeira necessidade, especialmente de produção própria, declarou a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, Aia-Eza da Silva.

## COTAÇÕES



## BCE E SUAS DECISÕES ANIMAM BOLSAS...

O Banco Central Europeu (BCE) anunciou, no fim da semana passada, que vai prolongar o seu programa de compra de activos Setembro de 2018. Esta decisão terá levado a uma dinâmica na postura dos investidores na sessão da última sexta-feira, permitindo que as bolsas europeias terminassem em alta, embora tenha baixado o tecto máximo de compras mensais: dos actuais 60 mil milhões de euros passará para 30 mil milhões de euros. Uma decisão que estava já a ser antecipada pelo mercado.



## ...WALL STREET INDEFINIDA POR DADOS ECONÓMICOS

Os principais índices bolsistas dos EUA iniciaram a última sessão de sexta-feira sem sinal definido, com o índice industrial a contrariar as subidas das acções tecnológicas e do transversal S&P 500, depois de dados "surpreendentemente bons" na frente económica e de resultados animadores das empresas, segundo analistas. O S&P 500 abriu, por exemplo, a valorizar 0,31% para 2.568,37 pontos, enquanto o Nasdaq ganha 1,14% para 6.631,51 pontos. Já o Dow Jones recua 0,1% para 23.376,96 pontos.

# Entrevista

SYLVAIN ITTÉ, EMBAIXADOR DE FRANÇA EM ANGOLA

## “Parei de dar visto de três anos por não haver reciprocidade”

Diplomata francês afirma que Angola não tem estado a cumprir um acordo bilateral, rubricado em 2015, para a emissão de vistos de trabalho de longo prazo, o que resultou numa resposta idêntica por parte do país gaulês. Em entrevista ao VE, Sylvain Itté diz existirem actualmente relações saudáveis entre os dois Estados, depois de crispações no passado e manifesta a total disponibilidade de França reforçar parcerias com Angola, sobretudo em áreas como a agricultura e o turismo.



Por António Nogueira

**A**ngola tem, desde 2015, uma nova Lei do Investimento Privado que estabelece um montante até um milhão de dólares para o estrangeiro que pretenda investir no país. Como é que França, em particular, olha para esta situação. Essa Lei é ou não favorável a atracção de investimento?

Hoje não é favorável, mas a capacidade e potencial de Angola são muito

favoráveis. O país tem muitos pontos positivos e atractivos que podem permitir um melhor desenvolvimento e fazer de Angola um país muito importante na região e em África. E nós acreditamos nisso. A França acredita nessa possibilidade de Angola se tornar num país de referência no continente. É por isso que estamos a trabalhar para esse desenvolvimento. A questão do investimento estrangeiro é algo que considero fundamental para a economia angolana, mas não é o governo francês, italiano ou o americano que vai decidir que empresas vão instalar-se em Angola. As empresas privadas instalar-se-ão

em Angola a partir do momento em que considerarem positivas as condições de fazer negócio no país. O que podemos fazer, a nível da cooperação de país para país, é ajudar, informar e dar os elementos-chave a Angola para que, no futuro, possa atrair os investimentos estrangeiros. Não podemos colocar os bois atrás da carruagem. Temos de colocar as coisas como deve ser, no bom caminho e no momento certo. E, antes de falar de atracção do investimento estrangeiro, é necessário antes fazer-se o estudo de todos os elementos para se saber exactamente quais são as expectativas do mercado privado. Angola tem muitas poten-

cialidades. Tem, por outro lado, estabilidade política, não tem problema de conflito interno. É um país que ainda tem um número de população razoável, de 25 milhões de habitantes. Angola é um país rico. Fala-se da crise, mas, na realidade, há muitos países no mundo que gostariam de ter uma crise como a que Angola tem. É um país que ainda tem petróleo, que é uma capacidade financeira importante. Portanto, são todos pontos positivos.

**O novo Governo do Presidente João Lourenço promete “melhorar o que está bem e corrigir o que está mal”.**

**Acha que o investimento estrangeiro deveria ser um desses assuntos a ser corrigido?**

O Presidente João Lourenço fez menção a isso no seu discurso sobre o ‘estado da Nação’. Disse, em resumo, que há muitos pontos por resolver para permitir as empresas efectuarem investimentos numa situação positiva neste país. Seja a questão fiscal, seja a questão do repatriamento do dinheiro, precisam de ser corrigidas. Há também a questão da formação profissional. Isso não pode ser considerado uma questão de baixa intensidade e importância. O Estado não pode contar só com as empresas

## “A embaixada de França pede aos angolanos 90 euros para um visto de três anos e Angola está a pedir entre mil e 1.400 para um visto de três anos. Não dá!”

para fazer a formação dos empregados. Na fase em que o sector petrolífero gerava muito dinheiro, podia gastar-se dinheiro para a formação profissional das pessoas a nível local. Mas isso não vai funcionar com os outros sectores da economia. Não é o investidor francês, por exemplo, que virá a Angola investir numa cadeia de hotéis que tem de fazer a formação profissional dos seus empregados. Isto tem de ser também sobretudo uma responsabilidade do Estado. E, nos encontros que tenho mantido com as autoridades angolanas, tenho manifestado a nossa disponibilidade para ajudar, compartilhar e a acompanhar o Governo a definir as suas prioridades, a definir os pontos que nos parecem importantes focalizar para melhorar a capacidade de Angola para atrair mais investimento estrangeiro.

### O processo de emissão de vistos por parte das autoridades angolanas é algo muito contestado também pelos investidores. Como é que a França avalia essa situação, em particular?

No que se refere, por exemplo, ao turismo, hoje para um estrangeiro visitar Angola é algo quase impossível. Para obter um visto, o estrangeiro vai ter um percurso de combatente. Vai ter de passar várias horas no consulado para colocar as suas impressões digitais e terá de pagar cerca de 400 euros para um visto de turista. Então significa que uma família de quatro pessoas vai pagar 1.400 euros só para ter um visto para entrar no país.

Esta é uma questão. A segunda questão é que, mesmo havendo um acordo de cooperação, como o que a França tem com Angola, os acordos não se cumprem. A França assinou um acordo com Angola para permitir que os homens de negócios franceses e vice-versa pudessem ter um visto de circulação para um período que vai de um a seis anos. Mas esse acordo, firmado em Fevereiro de 2015, portanto há mais de dois anos, não está a ser cumprido pela parte angolana. Não está a resultar. A França, tendo em conta esse acordo, estava a dar visto de três anos para negócio e para executivos angolanos, mas do lado angolano não se cumpre. Então, eu parei de dar visto para os angolanos de três anos, porque não há reciprocidade. O Ministério das Relações Exteriores, o embaixador de Angola em França, o cônsul geral de Angola em França têm boa vontade. Fazem de tudo para permitir que esta ques-

tão seja resolvida, mas infelizmente, desde há um ano até hoje, Angola só autorizou a emissão de um único visto para um executivo francês. E o preço do visto é de 1.200 euros. A embaixada de França pede aos angolanos 90 euros para um visto de três anos e Angola está a pedir entre mil e 1.400 para um visto de três anos. Não dá!

### Há algum tempo falava-se na existência de crispações na relação entre Angola e França. Essa situação persiste?

Está totalmente ultrapassada. É uma história que agora faz parte do passado das relações [entre os dois países]. Portanto, tratou-se apenas de uma crispação e não de uma briga séria. Havia alguns motivos, que não vale a pena evocar, mas agora é um assunto que realmente está ultrapassado. O Presidente Sarkozy veio a Angola em 2008, o ministro das Relações Exteriores francês veio em 2013, o Presidente dos Santos fez uma visita a França em 2014 e o Presidente Hollande fez uma visita a Angola em 2015. Portanto, a fase de crispações, de dificuldades nas relações, está totalmente ultrapassada. Faz um ano que trabalho como embaixador em Angola e noto que existe realmente um sentimento de boa vontade por parte de Angola cooperar com a França em vários domínios. E esse sentimento já foi notável durante a liderança do Presidente dos Santos e seu Governo e continua notável com o novo Presidente João Lourenço que foi recebido pelo Presidente Macron no mês de Julho.

### E que assuntos foram abordados no encontro mantido entre João Lourenço e o Presidente francês Emmanuel Macron?

Sabe que não é comum o Presidente Macron receber um ministro, sobretudo um candidato a Presidente. O Presidente Macron quis mostrar a vontade de França e do seu Governo de trabalhar e considerar Angola como um parceiro. Foi um primeiro contacto que serviu principalmente para conhecerem-se e para tratar também de assuntos fundamentais que existem entre os dois países. Tenho certeza de que o Presidente Macron gostou muito de ter reunido com João Lourenço. Acho também que João Lourenço gostou desse encontro.

**Na altura, João Lourenço era apenas o ministro da Defesa e agora é o novo Presidente da República de Angola. Este novo cenário poderá**



Mário Mujetes © AE

### PERFIL

**Sylvain Itté**, o novo embaixador de França em Angola, desde 2016, veio em solo nacional em substituição de Jean-Claude Moyret. Nasceu em Bamako, Mali, em 1959. Possui um mestrado de direito público.

Diplomata de carreira desde 1985, Sylvain Itté trabalhou em vários países na Europa, em África e na América Latina. Entre 2013 e 2016 desempenhou as funções de embaixador de França na República Oriental de Uruguai.

Entre 2012 e 2013, foi director do gabinete da Hélène Conway-Mouret, ministra delegada para os franceses no exterior. Foi também durante três anos (2009-2012) cônsul geral de França em São Paulo, Brasil.

Entre 2006 e 2009, desempenhou o cargo de director-geral da Agência de Cooperação França Cooperação Internacional. Entre outras funções, desempenhou ainda o cargo de 1.º conselheiro nos Camarões, cônsul geral de França em Madrid, Espanha e o de adjunto do chefe do Serviço Central de Estado Civil no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na América Latina, entre outros.

### conduzir a num novo encontro entre os dois estadistas?

Espero que possamos organizar uma agenda destas. Temos uma vantagem que é o facto de quer o Presidente Macron, quer o Presidente Lourenço terem sido eleitos mais ou menos no mesmo período. O Presidente Macron, em Maio e o Presidente Lourenço em Setembro. Então, os dois estadistas têm cinco anos para reforçarem e estreitarem as relações. Naturalmente, há um momento, embora não saiba quando, em que se deverá programar uma visita do Presidente Macron a Angola e, espero igualmente, do Presidente Lourenço a França. Quando? Não sei! Mas dou votos, na qualidade de embaixador, que uma das visitas aconteça até 2018. Porque uma visita presidencial é sempre um momento para impulsionar projectos de cooperação. Seria muito interessante poder contar com esse impulso até 2018 para trabalhar sobre os assuntos em que decidimos cooperar. Depois, seguir-se-ia uma outra visita para confirmar isso. Espero também poder receber ministros franceses aqui em Angola. Já o ministro francês das Relações Exteriores, Jean-Marc Ayrault, admitiu essa possibilidade. Quando poderá acontecer, não sei exactamente, porque temos de discutir o assunto com as autoridades angolanas, mas espero que seja no primeiro trimestre de 2018. O ministro angolano das Relações Exteriores, Manuel Augusto, é também convidado a ir a França quando quiser.

### Que assuntos o ministro francês das Relações Exteriores traria na sua ‘bagagem’, caso venha a Angola no início de 2018?

Temos vários assuntos concretos de cooperação. Em primeiro lugar, temos um diálogo político que existe há já algum tempo e que temos estado a reforçar. É um diálogo político sobre a situação estratégica da região, sobre questões que têm que ver com a República Democrática do Congo, da República Centro Africana, da estabilidade na África, da luta contra o terrorismo. Esse diálogo é permanente e estreito a todos os níveis, desde o nível presidencial ao diplomático. Temos vontade de continuar com esse diálogo para ter uma posição clara comum.

**A França possui uma grande experiência no sector turístico. Aliás, esta é uma das áreas com a qual mantém cooperação com Angola. Que tipo de parcerias estão a ser estabeleci-**

### das a este nível?

O Presidente Lourenço já afirmou que a base da diversificação deve começar com a agricultura, devendo ter em conta também a indústria agro-alimentar e o turismo. Por isso, estamos à disposição para cooperar. Mas é preciso perceber que não se constrói uma indústria do turismo de um dia para o outro. A França é hoje o primeiro destino de turismo do mundo, com 87 milhões de turistas. Actualmente, o turismo representa a primeira indústria da França, com mais de 7% do produto interno bruto. O turismo é o primeiro empregador de França, mas isso é o resultado de 40 anos de trabalho e de 50 anos de investimentos.

### Em que projectos turísticos, em concreto, a França tem estado a trabalhar, no quadro da cooperação que mantém com Angola?

Estamos a trabalhar sobre um projecto de acordo de cooperação que deverá estar firmado ainda no final do ano. Há um primeiro contacto já efectuado com a nova ministra do Turismo em que se propõe pontos muito concretos sobre o turismo. Visitei recentemente Mbanza Congo e voltei com algumas propostas concretas que apresentei, na altura, ainda à ex-ministra. O turismo é uma indústria de serviços. O turista vem visitar um país e ele espera uma qualidade de serviços, de infra-estruturas e das pessoas. Porque senão ele não vem. Portanto, não basta ter um lugar lindo, senão há hotéis com preços competitivos, estradas e infra-estruturas de qualidade para receber os turistas, se não há hotéis com preços competitivos. Então, a nossa primeira proposta é a de trabalhar sobre a formação profissional concretamente em Mbanza Congo para formar, daqui a alguns anos, os profissionais do sector turístico e do sector cultural para formar os futuros guias turísticos, os futuros funcionários das agências de viagens. Isso não se faz de um dia para o outro. Entretanto, o Governo angolano tem de decidir fazer disso uma prioridade política. O Governo tem de tomar algumas decisões estratégicas para o futuro. Estamos à disposição para ajudar, quer o Ministério da Cultura, quer o Ministério do Turismo para acompanhar os políticos angolanos a definir a política turística e a conservação do património que eles querem colocar em vigor.

CONTINUA NA PÁG. 6

# Entrevista

## CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

### Estes acordos deverão contar com algum financiamento por parte da França?

Eu decidi colocar dentro da minha programação financeira, a nível da embaixada, uma prioridade para o sector do turismo e da agricultura, principalmente para poder potenciar a capacidade de definição das políticas. Depois veremos como poder ajudar a concretizar projectos económicos. Mas isso só será numa segunda etapa. A primeira é saber que tipo de turismo, quais são os financiamentos que o Estado está disposto a colocar, quais são as infra-estruturas a organizar, qual é formação profissional que o Governo quer priorizar e quais são os sítios que são prioridades na política do Governo para o sector do turismo. Porque não se vai poder fazer tudo, em todo o país.

### E no sector da agricultura, que projectos já foram e estão por se firmar com o Estado angolano?

Neste sector, junto também a indústria agro-alimentar. Consideramos que estas duas áreas são fundamentais. Há um problema fundamental em Angola e constatei isso nas visitas que efectuei ao Zaire, Huambo e Malanje. Os agricultores têm o mínimo de cultura para sobreviver, sem capacidade para ampliar a sua produção e não têm ninguém para comprar a sua produção. Passa-se a mesma coisa com a pesca e pude constatar no Zaire, na fronteira com o Soyo. Há peixes extraordinários e mariscos que são produtos de alta qualidade, mas só que não são escoados por falta de transporte. E mesmo internamente, não há consumo desses produtos.

O pescador tem de ajudar a pescar, mas também tem de ajudar a organizar, talvez em cooperativa para poder depois negociar a venda do seu produto para um industrial local que vai transformar o seu peixe em sopa de peixe ou qualquer outra coisa. Portanto, falta toda uma linha de produção para a transformação do produto. Não basta falar de grandes investimentos para construir fazendas gigantes. E, nesse caso em concreto, o nosso apoio vai no sentido de ajudar a criar uma cadeia de produção que vai desde a venda à transformação do produto a nível local. Sobre isso já temos experiências que resultaram em alguns países africanos. Já temos



Mário Muijtes © AE

também uma parte de financiamento público que poderia ajudar, através da Agência Francesa de Desenvolvimento, que se vai instalar este mês em Angola. Temos também alguns bancos franceses e mais ou menos mais de mil milhões de euros disponíveis nos bancos para financiar projectos concretos de actores económicos de empresas francesas que pretendam organizar projectos de produção aqui em Angola. Mas, mais uma vez, os investimentos serão os resultados de uma política definida pelo Governo, de uma política de incentivação financeira. Um investidor privado que precisa de terra para fazer uma produção, por exemplo, de milho recebe zero de incentivo do Estado. E pior que isso ele vai pagar o litro de gasolina como qual-

quer outro cidadão. Não há nenhum país no mundo que quer alavancar a agricultura que obriga o agricultor a pagar o litro de gasolina ao mesmo preço que o particular. Acho que as autoridades angolanas estão conscientes quanto a esta questão, até porque não sou o único a dizer isso. Todo o mundo fala a mesma coisa.

### Dos contactos que tem mantido com as autoridades angolanas sente que há vontade política para se alterar esse quadro?

Acho que há essa vontade política. Mas, como em tudo, também na política tem que se passar das palavras à acção. Acho que as primeiras decisões do Presidente João Lourenço vão nesse sentido. Todos os países passaram por situações com-

*O que Angola tem de fazer terá de ser uma verdadeira revolução económica, organização da economia e na maneira de as pessoas verem o desenvolvimento económico.*

*Então, acho que a Total está, nesse sentido, a necessitar de uma visão clara sobre a visão estratégica a longo prazo da parte angolana.*

plexas. E França também passou por isso. Sofreu várias transformações. Ainda assim havia pessoas que não queriam mudar, e interesses que não iam ao encontro das mudanças porque, em certos casos, diminuía o lucro para algumas pessoas. O que Angola tem de fazer terá de ser uma verdadeira revolução económica, organização da economia e na maneira de as pessoas verem o desenvolvimento económico.

### Em que pé estão as relações comerciais entre Angola e França?

Hoje as exportações de Angola para França são entre 80 e 90% petróleo. Do outro lado, as exportações francesas para Angola diminuíram muito, principalmente por causa da diminuição da actividade petrolífera,

porque são produtos, máquinas que estão directamente ligadas à produção petrolífera. A situação não é das melhores para as exportações francesas, porque, se excluirmos o sector petrolífero, não é satisfatório o número de produtos franceses que são exportados para Angola. O que ocorre é que a maior parte dos produtos franceses que vêm a Angola entra por via de Portugal e não entendo por que estes produtos não vêm directamente de França. A indústria petrolífera vai continuar a ser importante, quer para Angola, quer para França. Mas é preciso começarmos a ter uma visão de longo prazo da relação económica entre os dois países. Temos de começar a pensar fora do sector petrolífero.

### A França mantém também um forte investimento no sector petrolífero em Angola, através da Total. Que preocupações, a Total terá levado ao conhecimento do Presidente João Lourenço no recente encontro que manteve com as empresas petrolíferas que operam em Angola?

Bom, não vou responder pela Total. O que posso dizer é que a Total é o primeiro operador petrolífero no país. Está presente em Angola há 40 anos. Acompanhou os momentos mais difíceis do país e esteve sempre ao lado de Angola. É um actor importante na produção petrolífera de Angola. Tem projectos de desenvolvimento e de investimento. Mais de 17 mil milhões de dólares estão previstos para serem investidos pela Total nos próximos anos em Angola. O que a Total quer, tal como as outras petrolíferas, é manter um diálogo permanente e estreito com as autoridades angolanas como foi com o Presidente para definir bem, a longo prazo, a política de exploração petrolífera para o futuro. São investimentos importantes e que necessitam de estudos de longo prazo, entre o momento em que se decide uma exploração e o momento que se começa realmente a exploração do petróleo, que é um processo que leva entre três e quatro anos. De qualquer maneira, todo o mundo sabe que a capacidade de produção petrolífera em Angola está a diminuir. A partir de 2020, vai diminuir e Angola tem ainda 20 anos de capacidade para explorar petróleo. 20 anos não é nada. É um tempo muito curto. Então, acho que a Total está, nesse sentido, a necessitar de uma visão clara sobre a visão estratégica a longo prazo da parte angolana.



**Crescemos as taxas para assegurar a Sua satisfação.**

**Top Rendimento 16**, uma modalidade de depósito com capital para subscrição a partir de AOA 500.000,00 e taxa de juros de até 16%\* ao ano.

\* Taxa Anual Nominal Bruta

[www.bpc.ao](http://www.bpc.ao)

◆ Call Center - 226 444 000



Cuidar do presente, assegurar o futuro.

# Economia/Política

ANGOLA ENTRE OS GRANDES BENEFICIADOS

## BM anuncia preço do petróleo a 56 dólares o barril em 2018

**PERSPECTIVAS.** Membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da qual Angola faz parte, e outros produtores deveriam concordar em cortar ainda mais a produção, mantendo uma pressão ascendente sobre os preços, sugerem os analistas do Banco Mundial.

Analistas sugerem a produtores manutenção da pressão sobre os preços.



Por António Nogueira

O preço médio do petróleo deverá atingir 56 dólares por barril, em 2018, contra os actuais 53 dólares, prevê um estudo do Banco Mundial (BM), divulgado na passada quinta-feira. Segundo o BM, o novo cenário deverá ser impulsionado por uma procura cada vez maior da commodity, pelos cortes de produção acordados entre os exportadores e pela estabilização da produção de petróleo de xisto nos Estados Unidos da América.

“Os preços da energia estão a recuperar em resposta a uma cons-

tante procura e queda de acções, mas depende muito se os produtores procuram ampliar os cortes na produção”, disse John Baffes, economista sénior do BM e autor principal do estudo ‘Commodity Markets Outlook’.

Os analistas do BM assinalam que a previsão do preço do petróleo é uma pequena revisão em baixa da perspectiva de Abril, estando sujeita, por isso, a riscos. O estudo alerta, no entanto, que o fornecimento do ‘ouro negro’ de produtores como Líbia, Nigéria e Venezuela podem ser voláteis.

Os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da qual Angola faz parte, e outros produtores poderiam concordar em cortar a produção ainda mais, mantendo uma pressão ascendente sobre os preços,

### MEMORIZE

● O preço médio do barril exportado por Angola valorizou a partir do final de 2016 e chegou a máximos de 2017 em Fevereiro, nos 52,8 dólares, tendo ficado em Junho, nos 44,5 dólares, pela primeira vez, abaixo do valor orçamentado pelo Governo no OGE.

# 140

Mil milhões de kwanzas é o valor da receita fiscal angolana com a aexportação do petrolífera registado em Setembro.

sugerem os analistas.

“No entanto, a falta de renovação do acordo poderia diminuir os preços, como poderia aumentar a produção da indústria de petróleo de xisto dos EUA”, alerta o estudo.

Caso a previsão do BM se efective, iria beneficiar sobremaneira a economia angolana que vive, desde o final de 2014, uma forte crise financeira, económica e cambial decorrente precisamente da quebra nas receitas da exportação petrolífera.

### ANGOLA AUMENTA PRODUÇÃO

O estudo do BM surge numa altura em que uma outra consultora, a BMI Research, prevê que a produção de petróleo em Angola deve voltar para terreno positivo em 2018, registando um crescimento de 7%, depois de uma contração de 3% este

ano e de 2,8% em 2016, essencialmente devido ao início de dois projetos, da ENI e da Total.

O incremento da produção de petróleo em Angola, segundo a consultora, vai aumentar a receita fiscal nos próximos trimestres, reduzindo o défice orçamental e aumentando a despesa pública, com as despesas de capital a subirem 19% este ano e 9,4% em 2018.

Numa análise à evolução da economia angolana, enviada aos investidores, a BMI Research refere que “o cenário orçamental” terá uma “notável melhoria nos próximos anos devido à subida dos preços do petróleo e ao aumento da produção”, o que dará origem a uma redução do desequilíbrio orçamental de 4,9% em 2016 para 3% este ano e 1,5% no próximo ano.

No passado mês de Setembro, o preço médio do barril de crude fixou-se nos 51 dólares, acima dos 46 dólares orçamentados para 2017 pelo Governo. No período, a receita fiscal angolana com a exportação petrolífera subiu ligeiramente, face a Agosto, para cerca de 140 mil milhões de kwanzas, o terceiro valor mensal mais alto do ano.

Angola exportou 51.755.424 barris de crude em Setembro, um aumento de 1.776.012 barris face a Agosto. O preço médio do barril exportado por Angola valorizou a partir do final de 2016 e chegou a máximos de 2017 em Fevereiro, nos 52,8 dólares, tendo ficado em Junho (44,5 dólares), pela primeira vez, abaixo do valor orçamentado pelo Governo no OGE.

Desde o início deste ano, Angola já exportou 446.693.332 barris de crude, que se traduziram em vendas globais superiores a 3,3 biliões de kwanzas e receitas fiscais de 1,192 biliões de kwanzas.

Angola exportava cada barril, em 2014, a mais de 100 dólares, mas o valor chegou a mínimos de vários anos em Março de 2016, quando se cifrou em 30,4 dólares por barril.

A AGT está a desenvolver uma campanha de sensibilização dirigida aos comerciantes de Viana, para efectuarem o pagamento dos impostos, informou, o coordenador local do projecto, Gerson Bravo.



EMPRESÁRIOS DO agro-negócio debateram no município da Quibala, Kwanza-Sul, “os caminhos para a produção agrícola no alcance da auto-suficiência alimentar e os desafios actual no contexto económico”.



João Lourenço impulsiona medidas de curto prazo.

#### MEMORIZE

- **A aposta** nas parcerias público-privadas para a construção de infra-estruturas públicas destaca-se no plano que se pretende implementar até Março de 2018.

os bancos estão, todas as semanas, a negociar com o Estado, os bancos têm liquidez e, se forem solidados, responderão como têm feito”, argumentou.

#### OUTRAS MEDIDAS DO PLANO INTERCALAR

O plano é constituído ainda por planos que visam dinamizar o sector privado, bem como o ambiente de negócios e a produtividade do país. Neste aspecto, destacam-se, entre outras, a concertação do “investimento público nos projectos estruturantes provedores de bens públicos e promotores da diversificação da economia”, bem como o início da “implementação do Programa Nacional da Competitividade e Produtividade”. Constam ainda das medidas que visam melhorar o ambiente de negócios a simplificação do “processo de outorga de direitos de propriedade e títulos de imóveis”.

Para aumentar a produtividade não petrolífera e ainda substituir as importações, foram aprovadas medidas, como a atribuição de crédito fiscal às actividades produtivas intensivas no consumo de combustíveis, tais como a agricultura de média e grande escalas e a pesca, bem como “reduzir os custos e a burocracia processual no desalfandegamento de matérias-primas importadas e sobre os produtos para a exportação”. Sobre as medidas para o aumento da produção não-petrolífera, o Executivo pretende “dinamizar as culturas do algodão, cana-de-açúcar, girassol, café, palma e cacau, promovendo a sua articulação com o sector industrial”.

Para fortalecer a produção petrolífera, destacam-se, entre as medidas, a aprovação da legislação sobre o gás natural, bem como a negociação de novos contratos de concessão para a exploração em zonas já exploradas. Deverá ainda rever o decreto sobre o princípio de tolerância e flexibilidade contratual, de modo a adequá-lo às exigências actuais.

## PARA CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

# Executivo pretende explorar parcerias público-privadas

**MEDIDAS CONTRA A CRISE.** Apesar de algumas experiências, faltam exemplos acabados para concluir se o modelo é ou não viável para o país. É uma das 136 medidas que visam melhorar a situação económica.

Por César Silveira

A exploração das parcerias público-privadas (PPP) nos investimentos em infra-estruturas públicas é uma das 136 medidas que constituem o Plano Intercalar – Medidas de Políticas e Acções para Melhorar a Situação Económica e Social de Angola, que foi aprovado na primeira sessão do Conselho de Ministros presidido por João Lourenço, depois das eleições de 27 de Agosto.

Apesar de não ser um recurso estranho no país, faltam exemplos acabados para aferir as vantagens e/ou desvantagens das referidas parcerias para a construção de infra-estruturas públicas.

A requalificação da Baía de Luanda foi a primeira experiência do género, mas a interrupção do contrato, em Fevereiro do ano em curso, com o Estado a aprovar o pagamento de 379 milhões de dólares pelo resgate levantou algumas interrupções.

Há ainda o exemplo do Porto do Caio, em Cabinda, que ainda está em execução e, em Setembro, foram aprovados dois novos projectos a serem construídos com o recurso ao

# 136

Números de medidas que fazem parte do Plano Intercalar

‘project finance’, o modelo de PPP em que o ente privado tem a responsabilidade de financiar a construção e recuperar o investimento com a gestão. São os casos do Porto da Barra do Dande e a requalificação da Marginal da Corimba.

O macroeconomista Cristóvão Neto entende ser um “modelo viável” em função dos resultados positivos em outras economias. “Em princípio, é um modelo que ajudou a edificar economias bem-sucedidas. Ocorre-me agora o Uganda dos anos 1970, quando grandes projectos de investimento foram executados por empresários do sector privado, geralmente de origem indiana, com garantias do Banco Mundial”.

Neto reconhece que “ainda não está provado que seja ou não viável, depois de o projecto Baía de Luanda ter sido tomado pelo Governo. Ainda há o Caio Porto para chegarmos à evidência de que vale a pena ou não continuar a adoptar esse tipo de modelo”.

Por sua vez, o banqueiro Fernando Teles acredita que os bancos estão em condições de financiar projectos do género. No seu entender, trata-se de financiar o Estado por via de iniciativas privadas. “E

## Economia/Política

POSSÍVEL VIOLAÇÃO DO EMBARGO À COREIA DO NORTE

# Angola arrisca sanções das Nações Unidas

**DIPLOMACIA.** Especialistas em política internacional entendem ser um ‘erro’ a demora de Angola em responder à acusação da ONU e analisam possíveis penalizações ao país, caso seja comprovada violação ao embargo à Coreia do Norte.



Por António Miguel

Angola poderá enfrentar um embargo económico ou político-militar se for provada a acusação da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo a qual o país viola as sanções impostas à Coreia do Norte, segundo especialistas de relações internacionais.

Vários ‘experts’ disseram ao VALOR que não existe um ‘pacote de sanções’ pré-definido para aplicar a um Estado-membro que viole deliberações do Conselho de Segurança da Nações Unidas (CS-ONU), no entanto, as penalizações são sempre de cariz económico e político-militar. O eventual embargo poderá ser aplicado a individualidades, instituições

ou ao próprio Estado, afectando todos os cidadãos.

Fontes do Ministério das Relações Exteriores dão conta que a acusação da ONU sobre violação do embargo a Pyongyang recai sobre os Ministérios da Defesa e do Interior e sobre a TAAG, empresa pública de transportes aéreos. Deste modo, a ser comprovada a ‘culpa’ e em função da natureza e gravidade do incumprimento, seriam estas instituições a serem sancionadas, explicam os analistas.

O politólogo Olívio Kilumbo, por exemplo, entende que Angola corre o risco de perder o direito de concorrer para uma das vagas de membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. “A ser verdade a acusação da ONU, Angola poderá deixar de mediar na resolução de conflitos em África, feitos na base da boa conduta do mediador”, explica.

“Na nossa actual situação, um embargo económico agravaria drasticamente a vida política e social, isolando-nos ainda mais

# 10

Países africanos, além de Angola, estão sob investigação da ONU, devido à suposta violação do embargo à Coreia do Norte.

## MEMORIZE

● **OS ESTADOS** Unidos da América contribuem com 28,5% do orçamento das operações de paz da ONU, o que equivale a cerca de 7,5 mil milhões de dólares e mais 22% cerca 5,4 mil milhões de dólares para manter a organização a funcionar. Por isso, entendem os analistas, a ONU não hesita em avançar com os caprichos do seu maior financiador.

do mundo e estaremos em linha de colisão com as promessas políticas feitas pelo partido vencedor das últimas eleições”, sublinha Olívio Kilumbo. “Em nome do interesse nacional, sabendo que em política não há amigos nem inimigos eternos, julgo ser prudente redefinir as relações com este país asiático”, acrescenta o politólogo.

Já o analista de política internacional Francisco Ramos da Cruz mostra-se “apreensivo” pelo tempo que Angola está a levar para responder à acusação. “Quem cala consente e isso não é bom para o país. Não se pode ir pelo caminho da política de cadeira vazia. Se a ONU está a fazer essas acusações, claramente, é porque já está na posse de alguma informação, porque tem vários mecanismos de controlo”, alerta.

Ramos da Cruz explica, no entanto, que, mesmo que fique provada a ‘culpa’, há a possibilidade de o país não vir a ser castigado, desde que dê uma boa explicação. “O mais importante é responder bem e em tempo útil. Mesmo

que seja verdade, dependendo da explicação, poderá recomendar-se apenas que Angola corrija o comportamento..

Quem também minimiza a possibilidade de embargo é o especialista em relações internacionais Augusto Báfuá Báfuá. “Porém, sendo membro de pleno direito da Nações Unidas e até final de 2016 um membro não permanente do Conselho de Segurança, fica com obrigação de seguir o princípio ‘pacta sunt servanda’ [segundo o qual o contrato obriga as partes nos limites da lei]”, argumenta.

“Os acordos são para serem cumpridos e é do interesse do Estado angolano cumprir plenamente as resoluções emanadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob o risco de se tornar um Estado à margem das grandes potências e tornar-se irrelevante no âmbito da relevância geoestratégica que o país já conquistou”, alerta Báfuá Báfuá.

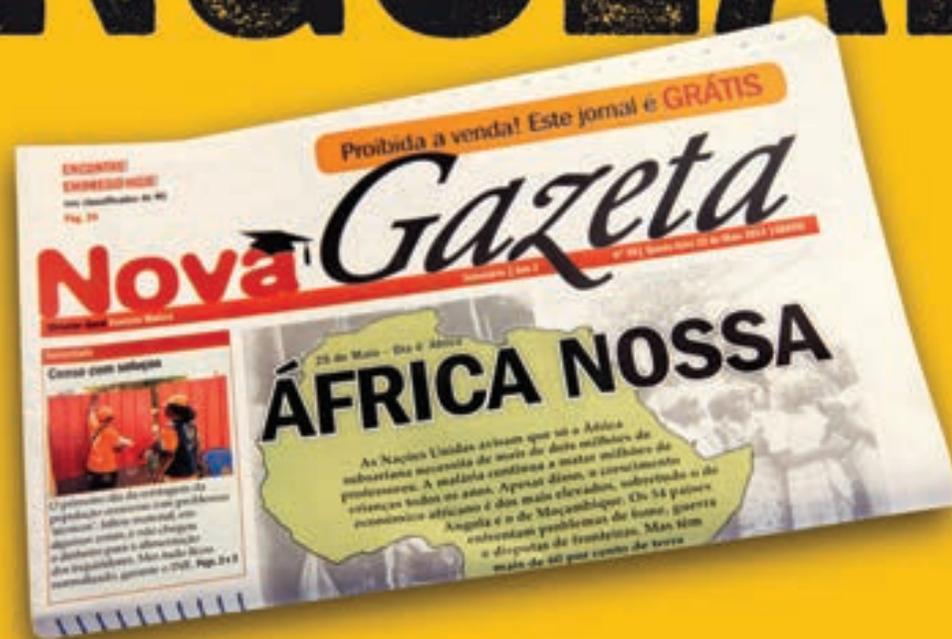
Como já noticiado, na edição passada do VALOR, o CS-ONU prorrogou, até Dezembro, o prazo para Angola responder à acusação que pesa sobre Luanda. O Ministério das Relações Exteriores encontra-se à espera dos esclarecimentos dos Ministérios da Defesa Nacional e do Interior, bem como da TAAG, instituições acusadas de envolvimento com individualidades norte-coreanas.

## OUTROS ACUSADOS

Há dez anos que a ONU proíbe contratos militares ou de fornecimento de armamentos com a Coreia do Norte, mas, contra todos estes impedimentos, o programa nuclear do regime comunista prossegue. De acordo com as investigações da ONU, países africanos estariam a fornecer urânio que alimenta a poderosa indústria nuclear norte-coreana.

Deste modo, a acusação de violação não se circunscreve somente a Luanda. Além de Angola, em África, pelo menos, mais dez Estados deverão estar sob investigação do Comité de Peritos da ONU. Trata-se de Moçambique, Namíbia, Uganda, República Democrática do Congo, Tanzânia, Benin, Botsuana, Mali, Zimbábue e Eritreia. Têm merecido maior atenção por ser nestes países em que a Coreia do Norte tem maior interesse de cooperação militar nos últimos anos.

# 100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



# EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

[www.novagazeta.co.ao](http://www.novagazeta.co.ao)

**100 MIL. SEM CUSTO.**

# Economia/Política

OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO SECTOR VIDREIRO

## Transformação de vidro reduz 90%

**INDÚSTRIA.** Contam-se 12 empresas de transformação de vidro de obra que dependem essencialmente da importação. Vidrul é a única produtora de vidro de embalagem.

Por César Silveira

A inexistência de uma fábrica de produção de chapa de vidro para atender a dezenas de transformadoras, a presença do negócio em apenas três províncias e o monopólio na produção do vidro de embalagem são algumas notas rápidas do sector vidreiro do país. Outra tem que ver com a redução em cerca de 89,7% da transformação do vidro nos primeiros sete meses do ano em curso.

Desde 2010 que se assistia a uma tendência de crescimento da produção de vidro de obra, impulsionada pelo dinamismo do sector da construção. Surgiram 11 novas empresas, com a concorrência a iniciar precisamente naquele ano, com o surgimento da Fábrica de Vidro do Kikolo que passou a apresentar-se como “a primeira e única fábrica de vidros temperados” do país.

Até então, a Sovidro detinha o monopólio do negócio, tendo sido superada em termos de tecnologia. Actualmente, as 12 empresas existentes estão distribuídas por Luanda, Huíla e Benguela. No global, o país tem uma capacidade de produção/transformação de perto de 300 mil metros quadrados/ano.



Actualmente, as 12 empresas existentes estão distribuídas por Luanda, Huíla e Benguela.

A actividade destas empresas sujeita-se à importação da chapa de vidro em mercados europeus, asiáticos, americanos e africanos (África do Sul e Egipto) e a sua transformação para o sector da construção e mobiliário. Com recurso ao forno e outros equipamentos com destaque para os de corte e molde, produzem desde o vidro mais simples aos temperados. Produtos decorativos como espelhos, vasos, aparadores, mesas, entre outros, também fazem parte da oferta dessas empresas.

Não há, entretanto, uma aposta no vidro para automóveis. “Com o forno que temos, podemos fazer os vidros planos para viaturas mas, talvez, futuramente, poderemos investir num forno que permita fazer vidros curvos e passarmos a fazer vidros propriamente para viaturas”, respondeu Carlos Dionísio da empresa Pureglass.

**Dados do Ministério da Indústria mostram que a transformação de vidro registou uma redução de cerca de 89,7% para 23,450 metros quadrados nos primeiros sete meses.**

### O QUE FALTA NA CADEIA

Para que toda a cadeia do segmento da produção e transformação do vidro de obra esteja presente no país, falta um investimento na produção de chapa de vidro. A existência desta indústria diminuiria significativamente os desafios dos gestores face à carência de divisas.

Entretanto, os diversos intervenientes apresentam-se receosos em relação à viabilidade económica de um investimento do género. “É muito elevado, no mínimo, 100 milhões de euros e seria necessário muito tempo para a recuperação do investimento. Só para ter uma ideia, em todo o continente africano, apenas existem duas fábricas deste tipo”, argumentou José Agante, da empresa Angovidro.

Por sua vez, Carlos Dionísio estima entre 10 e 15 anos o tempo necessário para que a implementação de uma fábrica de chapa de vidro em Angola seja um investimento viável, mas apenas se a actual conjuntura económica do país for ultrapassada. “Estamos a falar de uma fábrica que não produz todo o tipo de vidro. Além disso, Angola não tem capacidade para absorver toda a produção, porque estas fábricas trabalham 24 horas ao dia, são milhares de metros quadra-

dos”, explica Dionísio.

Carlos Martins, director da Vidrul, também afasta a possibilidade de investir no segmento. “Estamos a falar de tecnologias completamente diferentes. A produção de vidro de embalagem e a produção de chapa de vidro estão completamente separadas. É a mesma coisa com os copos: também estamos a falar de vidro, o forno é igual, mas as matérias-primas são completamente diferentes”, explica o gestor, referindo que se trata de um segmento a precisar de investidores.

### PRODUÇÃO DIMINUIU 90%

Dados do Ministério da Indústria mostram que a transformação de vidro no país registou uma redução de cerca de 89,7% para 23,450 metros quadrados nos primeiros sete meses do ano em curso face aos 229 mil metros quadrados do período homólogo. Como consequência, o sector assiste à menor

O ANALISTA da consultora Woodmackenzie, Adam Pollard, perspectiva, em entrevista a Lusa, que Angola vai perder 67 mil milhões de dólares em investimentos entre 2015 e 2020 face às previsões de 2014.



ANGOLA vai continuar a beneficiar da assistência técnica indispensável das instituições de Bretton Woods, no quadro da necessidade de se ver caucionada aos olhos dos mercados financeiros, afirmou o ministro das Finanças, Archer Mangueira, em Luanda.



produção dos últimos quatro anos. A mais alta registou-se em 2015, ao atingir cerca de 992 mil, resultando num crescimento de 410% face à produção de 194,3 mil metros quadrados de 2014. Nesta altura, entretanto, a produção concentrava-se essencialmente na capital. Apenas nos últimos dois meses de 2015, Luanda passou a contar com a companhia da Huila. Em 2016, Benguela engrossou o grupo.

**MAIS PROTECÇÃO PRECISA-SE**  
Os diversos operadores ouvidos pelo VALOR defendem que o sector já precisa de ser protegido, face à importação do vidro transformado. “Ainda há, em Angola, uma cultura de importar o vidro. Tem muito que ver também com os impostos que o Estado cobra às empresas que importam, ainda não são os que deveriam ser cobrados”, defendeu Carlos Dionísio.

Ivan Prado, secretário de Estado da Indústria (falou ainda na condição de director do Gabinete de Estudo e Planeamento do ministério da Indústria), defende o contrário. “Seria um erro, não existem condições face à necessidade do mercado. Eles [os operadores] têm de ser mais competitivos, porque muitos não são. Basta olhar para as quantidades que são importadas”, argumentou.

**VIDRUL PREPARADA PARA A CONCORRÊNCIA**

A Vidrul tem o monopólio da produção de vidro de embalagem no país. Um cenário prestes a alterar com a entrada de um novo ‘player’. Recentemente aprovado, o novo projecto está avaliado em cerca de 120 milhões de dólares, terá uma capacidade de 180 toneladas/dia e é uma parceria entre a Sodiba (produtora da cerveja sagres em Angola) e a Industrial Africa Development (IAD) com 51% e 49% respectivamente.

Carlos Martins, director da Vidrul, garante não estar preocupado com a concorrência, mas acredita que o novo operador terá impacto nas empresas estrangeiras que vendem para Angola. “Existe mercado para as duas fábricas, não conseguimos atender a toda a necessidade do mercado. Há muitas pequenas e grandes empresas para quem não conseguimos vender. São os casos da Refriango e da Sodiba. Há também muita gente a encher bebidas espirituosas”, analisa.

Com uma produção diária de 180 toneladas, a empresa espera, com a entrada do segundo forno no princípio no próximo ano, atingir as

300

Mil metros quadrados é capacidade instalada de transformação de vidro do país

180

Toneladas/dia capacidade instalada de produção de vidro de embalagem do País

23,4

Metros quadrados de vidro foram transformados nos primeiros sete meses do ano

**MEMORIZE**

- O País conta com 12 empresas transformadoras de vidros, divididos entre as províncias de Luanda, Huila e Benguela.



Carlos Dionísio, da Pureglass

280 toneladas. “O novo projecto terá uma capacidade de 180 mil toneladas por dia e estaremos a cobrir, praticamente, a necessidade do mercado que andarás entre 260 e 300 toneladas por dia”, calcula o gestor, que antevê um aumento da procura interna para as 500 toneladas por dia, por conta dos projectos da agricultura.

Martins manifesta-se também despreocupado em relação aos altos custos de produção em Angola, face à concorrência estrangeira e aponta como razão a protecção que beneficiam da pauta aduaneira, bem como os custos de transporte e outros inerentes à importação que, combinados, deixam o preço final muito próximos.

Em 2016, a facturação da Vidrul cresceu 20% para cerca de 6,5 mil milhões de kwanzas, impulsionada pelos reajustes nos preços devido à desvalorização do kwanza e ao aumento da energia. Já a margem de lucro está calculada entre os 10 e 15%.

Em relação às exportações, Martins adianta que a consolidação dos mercados do Gabão, RDC e República do Congo faz parte da estratégia da Vidrul, devido à proximidade geográfica. A empresa vende, actualmente, para 15 mercados (todos do continente), com a República do Congo a destacar-se como o maior comprador nos últimos anos, depois de ultrapassar a Costa do Marfim, o Mali e o Benin. “Vamos procurar consolidar os congos e o Gabão. É fundamental porque estão mais próximos. Em relação aos outros mercados, não há razões para perder qualquer um deles, mas haverá sempre muita variação”.

A rapidez na entrega e o serviço de qualidade são as vantagens que a Vidrul identifica, face à concorrência nos mercados africanos, uma vez que, em termos de custo, a produção nacional continua a “ser muito mais cara”. A tonelada de vidro à porta da fábrica em Angola custa cerca de mil dólares, face aos 400 em Portugal, por exemplo. “Ganhámos, porque conseguimos entregar mais rapidamente. Neste momento, se comprarem à Europa, pedem, no mínimo, seis meses de espera. Nós conseguimos entregar em dois dias”, explica Martins que não descarta a possibilidade de, pontualmente, exportar para novos mercados. “Neste momento, temos uma reserva de entre 5% e 6% da capacidade instalada para responder a uma eventual solicitação.”

No ano passado, a empresa exportou cerca de 15% da sua produção, números que não devem alterar este ano, “salvo se surgir alguma solicitação fora do planeado”. Entre os modelos exportados, não constam os da Coca-Cola e Fanta em virtude de a primeira adquirir toda a produção.

Com 90 milhões das 220 garrafas/ano, os modelos da marca cuca são os mais produzidos pela empresa.

**PUB**

**Todas as segundas-feiras Angola tem mais...**

**PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'**  
**RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola**  
A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14

**PETROLEO Potencial do onshore ignorado**  
Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos e que promove a criação de milhares de empregos. / produção onshore em Angola 'marginal', abaixo dos 3%, com 67% de todo o petróleo no mercado internacional é explorada. Pág. 4-9

**EM CAUSA A CRISE DE DIVISAS**  
**Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza**  
A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAN) é autora de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no sentido de acertos com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

**Luanda com seis novas centrais eléctricas**  
Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que deverão abastecer mais de 600 mil residentes em Luanda. Pág. 18

**CATIVACÃO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS**  
**Governo descarta revisão imediata do OGE**  
A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a impossibilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Pág. 10-11

4 Abril 2016 Segunda-Feira Quotidiano Nº 1 193 / Kz 600 Director: Genz Pereira Mendes

Moedas: ANZ USD 160,9 Kz (+0,9) EUR 181,02 Kz (+0,7) LIBRA 229,7 Kz (+0,3) YUAN 24,7 Kz (+0,3) RAND Rand - 10,5 Kz (+0,7)

**Descarregue a App**

**Assinaturas:**  
assinaturas@gem.co.ao  
comercial@gem.co.ao



**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA**  
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792  
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

# Mercados & Finanças

EM SUBSTITUIÇÃO DE VALTER FILIPE NO BNA

## Massano regressa com as RIL 35% abaixo do que deixou

**NOMEAÇÃO.** João Lourenço afasta Valter Filipe do BNA, recolocando no seu lugar o bancário José de Lima Massano, quando as divisas estão mais escassas e as reservas internacionais a baixarem a 35% desde que este as deixou em 2015. Analistas apoiam, ao VALOR, decisão presidencial e falam em “honrar de palavras” da parte do PR.

Por Nelson Rodrigues

O Banco Nacional de Angola (BNA) tem, desde a tarde da última sexta-feira, um novo governador, José de Lima Massano, que substitui no cargo o jurista Valter Filipe, de acordo com um comunicado da Casa Civil do Presidente da República, distribuído à imprensa.

O novo governador chega ao banco central numa altura em que os recursos em moedas estrangeiras não param de cair e as reservas internacionais líquidas (RIL) a rondarem os 15,6 mil milhões de dólares, menos 35% do que as margens do período em que José Massano largou o comando do BNA.

Massano é recolocado no banco central dois anos depois de ter saído, “a seu pedido”, e deixa, assim, o Banco Angolano de Investimento (BAI), onde assumiu, até à tarde da última sexta-feira, a posição de presidente da comissão executiva, entidade que já é a segunda maior no ‘ranking’ da banca nacional por activo, com 1,3 biliões de kwanzas.

Até à tarde da última sexta-feira, o agora exonerado Valter Filipe caminhava para o vigésimo mês à frente dos destinos do banco central, onde chegou por indicação do ex-Presidente José Eduardo dos Santos, em Março do ano passado.

A exoneração apanha Valter Filipe no enalço da implementação de dois programas no BNA, focados na “reestruturação orgânica” e na “adequação do sistema financeiro nacional às normas e boas práticas internacionais”. Nem estas medidas pesaram na avaliação da continuidade do gestor no banco central.

As de reformas da casa da moeda nacional apenas foram apresentadas, aliás, nos dias antes e a seguir ao discurso do PR sobre o estado da Nação, que deixou ‘a nu’ a gestão do BNA, sobretudo no que toca à distribuição das divisas.

De acordo com João Lourenço, o diferencial entre os mercados primário e informal de divisas é “bastante significativo”, o que, na visão do PR, terá levado a uma segmentação do mercado cambial cujas “consequências mais importantes são a pressão sobre as finanças públicas e a balança de pagamentos e o seu efeito negativo no crescimento do sector produtivo do país.

Às consequências, João Lourenço somou a contracção acumulada das reservas internacionais líquidas (RIL), entre 2013 e o segundo Trimestre de 2017, a um nível de 46,4%, como “consequência dos sucessivos défices da balança de pagamentos, que, por sua vez, resultaram, essencialmente, da diminuição do valor das exportações petrolíferas”.

### EXONERAÇÃO ANUNCIADA

Assim, o recém-eleito PR não viu outras medidas, senão o anúncio, embora implícito, de uma possível mexida no governo do BNA, medida apoiada, aliás, por analistas ouvidos pelo VALOR.

“Pelo importante papel que desempenha em qualquer economia, em particular no seu sistema bancário, não descansaremos enquanto o país não tiver um banco central que cumpra estritamente e de forma competente com o papel que lhe compete, sendo governado por profissionais da área”, sentenciou Lourenço, naquilo que passou a ser visto como a ‘morte anunciada’ de Valter Filipe à frente do BNA.



José de Lima Massano, novo governador do BNA

Mário Nijtes © VE

### MEMORIZE

● **COM O AFASTAMENTO** de Valter Filipe e o regresso de José Massano, completa seis, desde 2002, o número de alterações no comando do banco central. Nesse período passaram pelo BNA Amadeu Castelhamo Maurício, Abrahão Gourgel, José Massano (que regressa a casa), José Pedro de Moraes e Valter Filipe.

Para o consultor financeiro Galvão Branco, já era “expectável” a movimentação de Valter Filipe. Este gestor empresarial diz mesmo que o “pior seria não afastar” o agora exonerado Valter Filipe, além de repisar no facto de que a exoneração “em nada interferiria nos programas de reestruturação orgânica em curso no banco central.

“A exoneração não afecta em nada a aplicação dos programas da anterior administração. As pessoas têm a sensibilidade de ponderar. Acho que [a exoneração] não tem algum tipo de interferência. Eu penso que isso agrega maior valor em matéria de competência. Não creio que haja qualquer tipo

de impacto negativo, nem mesmo na assistência técnica do FMI”, defendeu o analista e dono da GB-consultores.

### MERCADO “GANHA”

A fazer coro está o economista Rui Malaquias. Para este, João Lourenço apenas cumpriu com as palavras no discurso sobre o ‘estado da Nação’. “Em princípio, com a alteração de Valter Filipe por José Massano, que já lá esteve no BNA, o presidente está a ser fiel às suas palavras. Está a fazer aquilo que ele já tinha dito: que não estava satisfeito com as divisas que estavam a ser alocadas. Nenhum grupo devia ser beneficiado, e, no entender dele [do Presidente], é isto que estava acontecer”, considera Malaquias, para quem a escolha de José Massano para o posto de governador é um “ganho” para o sector, a avaliar pela experiência deste no ramo.

Com o afastamento de Valter Filipe e o regresso de José Massano, completa seis, desde 2002, o número de alterações no comando do banco central. Nesse período, passaram pelo BNA Amadeu Castelhamo Maurício, Abrahão Gourgel, José Massano (que regressa a casa), José Pedro de Moraes e Valter Filipe.

O BANCO de Poupança e Crédito (BPC) abriu, na passada quarta-feira, no Huambo, o seu primeiro balcão do Centro de Empresas nesta província, para atender, essencialmente, o sector empresarial local e intermediar vários negócios, noticiou a Angop.



O PRESIDENTE da República, João Lourenço, nomeou, no final da semana passada, Abraão Pio dos Santos Gourgel (na foto), antigo ministro da Economia, para o cargo de presidente do conselho de administração do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), em substituição de Manuel Costa Neto.



RELATÓRIO 'BANCA EM ANÁLISE', 2016 AO DETALHE

# Crédito em moeda estrangeira não pára de 'encolher' desde 2010

**BANCA.** Último relatório 'Banca em Análise' assinala recuo de cinco pontos percentuais no crédito em moeda estrangeira, libertado pelos bancos, em 2016, contra o montante cedido em igual período anterior. Se recuarmos a 2010, a diferença é ainda maior. Tendência acompanha os depósitos.

Por Nelson Rodrigues



Os bancos comerciais com resultados financeiros do ano passado declarados anunciaram um recuo de cinco pontos percentuais (pp)

no crédito em moeda estrangeira, ao sair de 35% em 2015 para 30% até 31 de Dezembro do ano passado, de acordo com o mais recente relatório 'Banca em Análise', que avalia o sector financeiro nacional nos 12 meses de 2016.

Com as margens de 31 de Dezembro do ano passado, faz sete anos que a concessão de empréstimos em moeda estrangeira, seja em dólares, seja em euros, não pára de diminuir, com a queda mais marcante a observar-se entre 2010 e 2013, quando os rácios do crédito saíram de 55% para apenas 32%.

Já o total de crédito líquido libertado – que inclui a moeda nacional e a estrangeira – ascendeu a mais de três biliões de kwanzas, representando um avanço de 12% face ao desempenho do ano anterior.

A Deloitte entidade autora do estudo, não dá detalhes sobre a contínua desaceleração do crédito à economia em moeda estrangeira, mas o facto pode ser associado à redução dos recursos em moeda estrangeira, face à queda das receitas petrolíferas, desde a segunda metade de 2014, como, aliás, sinalizou o seu novo 'country mana-

ger', Duarte Galhardas, em mensagem de 'boas-vindas' no estudo.

"Apesar de, em 2016, se ter assistido a uma evolução positiva de alguns indicadores macroeconómicos globais, os baixos preços do petróleo continuaram a marcar o contexto macroeconómico, levando à estagnação do produto interno bruto, escassez de divisas e a um aumento substancial da inflação", observou Galhardas, apelando ao Governo a uma maior atenção no processo de diversificação económica.

Também Amílcar Silva, presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC), considera ser "importante dar muita atenção aos programas para a diversificação", porque, segundo defende, "são prioritários" na obtenção de divisas. "O crédito é a base do negócio dos bancos. Traz crescimento, emprego, aumento do consumo; gera diversidade económica; cria riqueza; proporciona qualidade de vida e ajuda a combater assimetrias", considerou o mais antigo bancário angolano, citado no estudo.



Estudo da Deloitte, foi apresentado semana passada.

Para as saídas em moeda nacional, a tendência é ascendente, apesar de um ligeiro recuo entre 2014 e 2015. Só de Janeiro a 31 de Dezembro do ano passado, os níveis de créditos líquidos atingiram os 70%, mais cinco pp contra os 65% do exercício financeiro relativo a 2015.

## BPC NA LIDERANÇA

Individualmente, o Banco de Poupança e Crédito (BPC) é a instituição que mais libertou em crédito, com 1.052.180 milhões de kwanzas. Aliás, este é o segundo indicador bancário – depois dos activos – que o banco domina há, pelo menos, quatro anos.

Na classificação por crédito, o Banco Millennium Atlântico (BMA) é

o segundo maior, com 447.041 milhões de kwanzas cedidos, posição alcançada depois da fusão ocorrida em meados de 2016, entre os extintos bancos Privado Atlântico (BPA) e o Millennium Angola (BMA) e que relega o Banco Angolano de Investimento (BAI), com 379.864 milhões, para a terceira posição nos cinco maiores.

A lista dos 'big five' em crédito no ano passado fecha com o BIC e o Banco de Fomento Angola (BFA), que dispensaram, no período, 304.320 e 253.311 milhões de kwanzas, respectivamente.

## VTB NA CAUDA

Do outro lado, estão as instituições bancárias que menos créditos

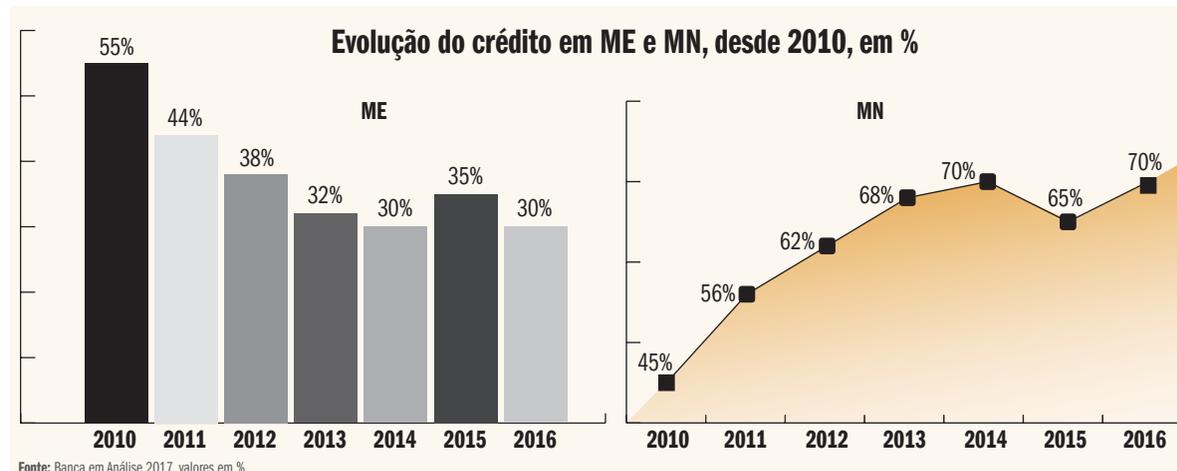
libertaram. Este grupo, que integra o BAI Micro Finanças, o Banco Comercial do Huambo (BCH), o Banco Prestígio (BPG), o Banco de Desenvolvimento Rural (BIR) e o VTB, o valor mais baixo foi cedido por este último, que não foi além dos 30 milhões de kwanzas de crédito líquido à economia nos 365 dias do ano passado.

O BIR cedeu 167 milhões, o BPG com 234 milhões, o BCH libertou 236 milhões e o BMF, com maior valor entre os pequenos, cedeu 240 milhões.

## DEPÓSITO 'SEGUE' TENDÊNCIA

Assim como no crédito, a tendência é a mesma com os depósitos. Ou seja, há cada vez menos dinheiro em moeda estrangeira a entrar nos bancos. De Janeiro a Dezembro do ano passado, por exemplo, os depósitos recuaram um ponto percentual, ao saírem de 34% em 2015 para 33% até finais do ano passado.

Nesta rubrica, o BAI 'rouba' a primeira posição ao BFA, ao fechar o ano passado com depósitos a valem 1.137.304 milhões de kwanzas, atirando o banco da Unitel para a segunda posição com um bilião de kwanzas nas contas. Vêm a seguir o BFA os bancos BPC (1.022.046), BIC (850.433) e o BMA (741.991).



# Mercados & Finanças

AVALIAÇÃO DA AGÊNCIA MOODY'S

## “Incapacidade” do Governo faz cair ‘rating’ do BAI



Em Agosto último, o Ministério das Finanças anunciou estar em negociações com bancos internacionais

### Agências de ‘rating’

São agências de notações que realizam avaliações sobre países, instituições, empresas, etc. e atribuem notas de risco sobre a capacidade de pagarem as suas dívidas. Ou seja, avaliam se um país ou empresa está em boas ou más condições para reembolsar na data acordada o dinheiro pedido emprestado.

Existem várias agências de ‘rating’, mas os angolanos estão familiarizados com três (porque já estiveram cá, e também são as mais (re)conhecidas: Moody’s Investor Services, Fitch Ratings e Standard & Poor’s.

**RESULTADOS.** Classificação do banco angolano com maior volume de depósito sofre revés devido à fraca capacidade das autoridades em apoiar a banca comercial, considera a Moody’s.

# 54

Por cento, proporção do PIB que deve atingir o rácio da dívida governamental, segundo a Moody’s.

de classificação actual, “pese embora as condições de operação desafiantes, e tendo em conta as adequadas provisões de liquidez e capital do banco.”

Por outro lado, a classificação da dívida de Angola baixou de B1 para B2 e a sua perspectiva mudou para o “estágio negativo”.

A média de estimativa de crescimento real do país ronda os 2% em 2017 e 2018, ou seja, abaixo do crescimento populacional de 3%, e longe do crescimento médio de 4,5% registados entre 2010 e 2015. As despesas orçamentais do Governo represen-

tarão “apenas” 25% do PIB nos próximos anos, muito abaixo da média de 39% registados entre 2010 e 2015.

A Moody’s acredita que o rácio da dívida governamental chegue a 54% do PIB até 2018 (dois anos mais tarde do que o previsto), e antecipa uma desvalorização da moeda nacional para 200 kwanzas contra um dólar.

### EUROBOND EM RISCO?

Os números voltam a limitar as possibilidades do curso a tomar pelas autoridades e perigam os planos traçados, sendo um deles o lançamento de novos Eurobonds.

Em Agosto último, o Ministério das Finanças anunciou estar em negociações com bancos internacionais para a colocação de Eurobonds no valor de dois mil milhões de dólares em mercados internacionais, segundo um decreto assinado pelo então Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

As negociações estavam ainda na fase inicial e o departamento ministerial chefiado por Archer Mangureira havia desmentido a informação sobre o seu desejo de trabalhar com

o banco russo VTB África. A concretizar-se, seria o maior Eurobond colocado por um país membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

A justificação da necessidade abarcava “vários objectivos estratégicos, nomeadamente o alargamento do perfil creditício e a criação de um preço de referência para agentes nacionais”, segundo a Moody’s.

Analistas locais e internacionais concordam que a colocação de novo Eurobond (a juntar-se aos 1,5 mil milhões USD emitidos anteriormente) ainda é possível, apesar das condições adversas. Só que ficará mais caro.

Projecta-se este cenário numa altura em que está a caminho de Luanda uma “equipa de reconhecimento” do FMI, que deverá preparar a visita de uma missão do organismo em Novembro. O Governo já admitiu a possibilidade de o plano não se cingir apenas a uma assistência técnica, mas também financeira. Economistas apontam a organização de Bretton Woods como a saída para a presente situação.

Por Cândido Mendes

tida para o mesmo período passou de B1 para B2.

“A redução do ‘rating’ reflecte a opinião da Moody’s de que o poder creditício do Governo está enfraquecido, o que também se traduz numa capacidade reduzida para apoiar os bancos angolanos - incluindo BAI - em momentos de stress,” disse a agência em comunicado.

A perspectiva de classificação nas avaliações de depósito de longo prazo mudou, no entanto, de negativo para “estável”, segundo a agência.

No entanto, na sua avaliação do crédito de base do BAI (baseline credit assessment, BCA, em Inglês), a Moody’s considera o perfil de crédito do banco como autónomo e acredita que permaneça “resiliente” no nível

O fraco poder creditício do Governo angolano está na origem da redução, na semana passada, das classificações gerais de depósitos em moeda nacional de longo prazo do Banco Angolano de Investimentos (BAI). A agência de notação financeira Moody’s reviu as classificações de BA1 para B2, enquanto a de moeda estrangeira, também de longo prazo, passou de B2 para B3. A avaliação de risco de contrapar-



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



### ✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



### ✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



### ✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



### ✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



### ✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



# Empresas & Negócios

CORRESPONDENTE A SUA QUOTA-PARTE NOS BLOCOS

## Sonangol deve 2 mil milhões USD a grupos empreiteiros

**INCUMPRIMENTO.** Petrolífera garante estar a trabalhar para honrar as obrigações. Estar impedida de carregar o petróleo a que tem direito ou ser excluída dos blocos são as sanções possíveis para os parceiros do grupos empreiteiros em falta.

Por César Silveira

A Sonangol está com dificuldades de honrar com as suas obrigações económicas e financeiras relacionadas com o pagamento da quota-parte dos custos incorridos pelos grupos empreiteiros nas operações petrolíferas e, só este ano, já acumulou uma dívida de cerca de dois mil milhões de dólares.

Diversos parceiros da petrolífera nos blocos petrolíferos disseram ao VALOR que a Sonangol já não paga os seus compromissos para com os grupos empreiteiros, há algum tempo, estando em dívida em todos os blocos em que participa. “Só este ano, estão com uma dívida de cerca de dois mil milhões de dólares”, precisou um funcionário sénior de uma petrolífera.

Segundo as fontes do VE, a Sonangol tem procurado, entretanto, ter uma postura diferente nos blocos em que é a operadora (cinco no total), mas, mesmo nestes, não tem cumprido na íntegra. “Tem priorizado estes, mas também com muitas dificuldades, é uma situação que vai preocupando [as companhias] e criado inúmeras dificuldades”, insistem as fontes.

O especialista em questões energéticas José Oliveira considera elevado o valor da dívida. “A ser verdadeiro, deve englobar todas as dívidas de curto prazo que se encontram por pagar das empresas do grupo Sonangol – Concessionária, Sonangol P&P e Distribuidora e Sonangol Logística fundamentalmente. As dívidas da Sonangol para com os grupos empreiteiros dos Blocos onde é investidora



Isabel dos Santos está à frente da Sonangol desde Junho de 2016.

devem rondar metade daquele valor, pelos dados de que disponho, sendo a maior referente ao bloco 32 que está em fase de investimento, devido ao projecto Kaombo”, argumentou.

Oliveira disse acreditar que não se trate “de um incumprimento doloso”, mas diz ser difícil perceber “por que razão a Sonangol não vai pagando, ao longo do ano, à medida que vai tendo verbas das vendas do seu petróleo que rondam os 200.000 b/d”.

Estando a Sonangol em falta, os outros parceiros, como forma de garantir o normal funcionamento das operações, são obrigados a cobrir a quota-parte da petrolífera pública, segundo especialistas do sector que apresentam as possíveis penalizações para a companhia nacional.

A Sonangol poderia ser impedida, por exemplo, de efectuar os carregamentos dos barris a que tem direito, enquanto parceira, e a sua quota-parte

seria redistribuída entre os associados que cobrem o seu investimento.

Uma segunda penalização poderia ser a sua exclusão dos blocos pelo “incumprimento das obrigações económicas e financeiras” como aconteceu, por exemplo, em 2014, com a Nazaki nos blocos 9/09 e 21/09 e também com a Falcon Oil nos blocos 18/06 e 6/06.

O facto de a Sonangol ser operadora e concessionária leva, no entanto, a maioria dos especialistas a acreditar que dificilmente seria penalizada, salvo se a situação viesse a tornar-se insustentável. Ou seja, a níveis que obrigassem aos parceiros a fazer recurso ao Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos ou, em caso de insucesso, a tribunais internacionais.

José Oliveira acrescenta, no entanto, mais duas possíveis penalizações. “Além do desprestígio internacional que vem acumulando, nos

casos em que a companhia operadora do bloco declare a Sonangol ‘em default’, como o Contrato de Partilha de Produção permite, a petrolífera vai ter de pagar juros elevados sobre os montantes em dívida, ou seja, mais algumas dezenas de milhões de dólares. Na maioria das outras dívidas a fornecedores de produtos ou serviços, normalmente, não há juros de mora estipulados nos contratos, por atrasos de pagamento”.

Das 37 concessões petrolíferas existentes, a Sonangol é operadora em seis blocos e só não é investidora em quatro. Ou seja, deve participar económica e financeiramente em 33 para, posteriormente, beneficiar das respectivas produções.

No ano passado, 95,5% do investimento da petrolífera foi canalizado para o segmento da exploração num valor estimado em cerca de 2,8 mil milhões de dólares, representando

uma redução de cerca de 31%, comparativamente a 2015.

### O QUE DIZ A SONANGOL

Contactada através do seu porta-voz, Paulo Catarro, a Sonangol explica que se ressentiu da “baixa drástica no preço do barril de petróleo que se verificou nos últimos dois anos”.

Uma situação que “tem estado a criar desafios severos” no cumprimento das actividades “programadas com os parceiros, numa altura em que estes também encaram desafios similares”.

Sem nunca se referir directamente à dívida questionada pelo VALOR, Catarro garante que tem estado a apostar “em várias iniciativas de optimização das suas actividades de forma a maximizar os seus recursos e a criar mais valor, tais como a redefinição das suas prioridades para actividades de maior criticidade e valor, assim como a optimização da estrutura de custos das suas subsidiárias, em vários negócios onde opera, através de renegociação de contratos com os prestadores de serviços, para obter tarifas mais competitivas”.

Acrescenta que, como resultado das acções “no sentido de salvaguardar o cumprimento das obrigações financeiras com os seus parceiros nas concessões petrolíferas, nomeadamente com os operadores e grupos empreiteiros nas concessões de que faz parte, implementou, em Dezembro de 2016, medidas que permitiram liquidar cerca de 90% dos seus compromissos em atraso, em finais do ano de 2016”.

Foram ainda implementadas, segundo a Sonangol, “outras iniciativas, na primeira metade de 2017, que permitiram começar um processo de cumprimento com as obrigações correntes numa base mensal e que têm estado a mitigar o crescimento do endividamento”.

Segundo Paulo Catarro uma destas iniciativas “resultou do acordo que a Sonangol estabeleceu com os seus parceiros para fazer o pagamento de parte significativa dos designados ‘cash calls’ em kwanzas, o que permite a liquidação mais rápida dos valores em atraso”.

Neste particular, entretanto, o VALOR apurou, junto dos parceiros da Sonangol, que a empresa está distante de cumprir com as metas traçadas. “A porção em kwanzas ajuda, mas não resolve o problema. Por exem-

A TAAG anunciou a retoma, na próxima terça-feira, 31, dos voos de carreiras regulares para a cidade do Dundo, na província da Lunda-Norte, depois de 10 anos de suspensão.



A EMPRESA nacional “Nutri Campo” está a testar, desde o princípio deste ano, diversos produtos de campo para sua industrialização, informou quinta-feira, na província do Huambo, o seu director, Hilário Sapalalo, citado pela Angop.



# 37

Total de concessões existentes, em cujos seis blocos a Sonangol opera

# 1,7

Mil milhões USD, poupanças nos orçamentos de 2017 e 2018, como resultado da redução de custos

## MEMORIZE

● **No ano passado, 95,5% do investimento da petrolífera foi canalizado para o segmento da exploração num valor estimado em cerca de 2,8 mil milhões de dólares, representando uma redução de cerca de 31%, comparativamente a 2015.**

plô, temos conhecimento que a previsão da Sonangol para este ano era de três mil milhões de dólares e, até agora, ainda não foram pagos mil milhões”, detalhou uma das fontes conhecedoras do processo.

A Sonangol destaca, no entanto, o facto de estar “a trabalhar outras medidas, sobre as quais espera captar benefícios, durante o último trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2018, que vão permitir melhores níveis de sustentabilidade no cumprimento das suas obrigações financeiras em 2018 e nos anos seguintes”.

A petrolífera pública recorda, por fim, que está a desenvolver uma série de medidas para, em conjunto com os operadores, reduzir os custos de exploração, desenvolvimento e produção, que permitiram poupanças superiores a 1,7 mil milhões de dólares nos orçamentos de 2017 e 2018.

## COBRANÇAS DE FACTURAS

# ENDE muda sistema que cobra mesmo na falta de energia

**ENERGIA ELÉCTRICA.** Empresa pretende uniformizar os sistemas comerciais usados pelas extintas EDEL e ENE, que irá permitir melhor gestão dos clientes e evitar cobranças indevidas.

Por Valdimiro Dias

A Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE) prevê interromper a cobrança e emissão de facturas até 72 horas na primeira semana de Novembro, a fim de migrar os dados de 1,3 milhões de clientes para um novo sistema contabilístico. Em causa, está uma plataforma informática que continua a taxar os clientes mesmo em caso de cortes de energia, o que habitualmente resulta em protestos e até processos judiciais.

“O sistema actual continua a contar mesmo em caso de restrição no fornecimento. Quando assim ocorre, é um grande exercício para que a ENDE faça os devidos descontos”, disse ao VALOR o director de tecnologias de informação da empresa, Isaiás Ulica.

A ENDE pretende uniformizar os dois sistemas das extintas EDEL e ENE, acção que diz condicionar melhor a gestão comercial da actividade. O actual sistema não permite a integração automática com a contabilidade, resultando em inconsistência de dados.

A empresa vai migrar do sistema comercial ELAG (Electricidade, Água e Gás) para o SAP-ISU, uma aplicação destinada à área comercial que engloba a parte da gestão contabilística e financeira, recursos humanos e stocks. Isaiás Ulica garante que o acto irá melhorar a qualidade da informação e o processamento na emissão de facturas e cobranças.



A rede de iluminação pública de Luanda também figura como alvo preferencial de desconhecidos

## Mais de 9 milhões em prejuízos

Um relatório da ENDE publicado na última semana calcula em nove milhões de dólares o valor dos prejuízos materiais, em 2016, resultantes da vandalização de postes de transformação, postes de seccionamento e outros equipamentos, por acção de marginais, automobilistas e operadores diversas.

A rede de iluminação pública de Luanda também figura como alvo preferencial de desconhecidos, sobretudo, os postes ao longo da Avenida Comandante Fidel Castro (via expressa).

Na mesma senda, danos causados por operadoras na via pública e automobilistas nos últimos três anos, segundo o documento, ultrapassam os mais de 133.615.923 milhões de kwanzas.

Prevê-se que a operação leve entre dois e três dias úteis, durante os quais não haverá transacções no sistema, “sob risco de criar inconsistência, como a não visualização de informações de cobranças já efectuadas”.

O novo sistema vai permitir gerir numa única plataforma os sistemas de pré-pago e pós-pago, o que

levará a que as vendas continuem a ser feitas no primeiro. Toda a informação de dívidas e movimentações na conta do cliente estará disponível, segundo a ENDE.

A implantação do SAP constitui a base da integração futura com os sistemas das áreas operacionais que vai permitir a reposição dos serviços num curto espaço

de tempo. Ulica nota que, em caso de interrupção no fornecimento de energia, a plataforma detecta “rapidamente” eventuais perturbações ou indisponibilidade de fornecimento da rede.

A operação dos próximos dias está em preparação há mais de um ano e implicou a formação de pessoal e optimização de processos actuais.

# (In)formalizando

EMPREENDEDORISMO EM FEIRA

## Estudantes universitários expõem pequenos negócios em Luanda

**EMPREENDEDORES.** Estudantes da Universidade Independente de Angola participaram durante três dias na feira de micro e pequenas empresas.

Por António Miguel e José Calebe

**P**elo menos, 11 micro e pequenas empresas participaram na segunda edição da Feira do Empreendedorismo da Universidade Independente de Angola (UNIA), que teve lugar em Luanda, entre 26 e 28 de Outubro, nas instalações da universidade.

As pequenas empresas, que criaram mais de 100 postos de trabalho, directos e indirectos, foram criadas por estudantes da UNIA e têm menos de um ano. Os pequenos negócios dos estudantes são essencialmente ligados às áreas de restauração, consultoria financeira, comércio, decoração de salões de festa e agricultura.

De acordo com a organização, a feira, que teve a primeira edição em 2014, visa “despertar o espírito empreendedor no seio dos estudantes universitários”, bem como dos visitantes. Além de exposição de produtos e serviços, durante o evento, são realizadas várias palestras e seminários sobre criação, gestão e financiamento de pequenos negócios.

Gedião Mendes, director-geral da ‘Gens’, empresa de decoração, criada há três meses, localizada na Samba, em Luanda, diz que o capital para abrir uma empresa é estipulado em função do negócio que se pretende constituir ou implementar. No entanto, lembra que “50 mil kwanzas são suficientes para constituir a empresa no Guiché Único da Empresa”.



A ‘Gens’, que emprega 11 trabalhadores, comercializa mesas decoradas a 35 mil kwanzas. “Se for com as oito ou 10 cadeiras, o conjunto todo pode custar até 70 mil kwanzas. A pessoa que estiver interessada fica com o nosso contacto e pode contactar-nos para fazermos as vendas, discutindo os preços de acordo com o produto e interesse do cliente”, explica Gidião Mendes.

Jaime de Oliveira, estudante do segundo ano no Curso de Gestão e Marketing, é gerente de imagem de uma empresa, a ‘Kelaves’, vocacionada para a consultoria financeira e explica que muitos feirantes conseguem financiamentos dos seus projectos, por via de investidores convidados a visitar a feira. “Mas também há projectos bons que foram concebidos pelos estudantes e não deram continuidade por causa de promessas de financiamento que não foram cumpridas”.

Pelos seus cálculos, a ‘Kelaves’ precisa de um financiamento de dois milhões kwanzas para manter-se em funcionamento. “Há um

# 100

peças encontram primeiro emprego em projectos criados por estudantes universitários.

crescimento da empresa que dá a garantia de poder pagar o empréstimo num espaço de cinco anos”, garante o estudante-empendedor.

Uma outra empresa expositora, criada por estudantes da UNIA, foi a ‘VietuVipepa’. A micro empresa é vocacionada para a actividade agrícola e existe há sete meses. De acordo com o seu sócio-gerente, Jorge Couto, o arranque do projecto teve um financiamento bancário de mais de 20 milhões de kwanzas.

O pagamento do crédito será de forma faseada, durante um período de seis em seis meses com uma taxa de 5%, anualmente, explica o entrevistado. VietuVipepa, que emprega



22 pessoas, localiza-se no Bengo, no Projecto Quiminha, tendo levado à Feira do Empreendedorismo da UNIA, milho, mandioca, banana e cana-de-açúcar.

Quem também se fez presente foi a ‘Natssumos’, micro empresa produtora de sumos naturais. Existe há um ano e funciona dentro da UNIA. Com 10 funcionários, começaram com um capital avaliado em 600 mil kwanzas

repartido por três sócios. Os funcionários ganham, consoante a produção e comercialização, cerca de 35 mil kwanzas. “Por enquanto, não actuamos em outras áreas, mas estamos abertos a todo o tipo de desafios”, afirmou o director da pequena empresa, João Quifuta.

A próxima edição da Feira de Empreendedorismo da UNIA deverá acontecer dentro de dois anos.

# É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

**REGISTE-SE EM**

**<http://quadros.mgm.gov.ao>**

**E FAÇA PARTE DA BOLSA  
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

## QUEM SE DEVE CADASTRAR?

### Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

## PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

**<http://quadros.mgm.gov.ao>**

**1129 QUADROS  
NACIONAIS JÁ SE  
CADASTRARAM**

## A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: [quadros@mgm.gov.ao](mailto:quadros@mgm.gov.ao) | +244 916 532 964

**Política de privacidade** O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

## DE JURE

ADVOGADOS PODEM SER MEMBROS DA INSTITUIÇÃO

# Litígio entre Sonip e moradores pode terminar no tribunal

**CONTRATOS.** Imobiliária afecta à Sonangol defende ter liberdade para adoptar a modalidade de venda que lhe interessa, mas é acusada de violação do direito de informar por altura da assinatura dos contratos.

**O**s moradores do Condomínio Vida Pacífica, em Luanda, ponderam fazer recurso a uma acção judicial contra a Sonip, devido ao litígio relacionado com a indexação ao dólar do valor das prestações, referente à modalidade de propriedade de renda resolúvel.

Segundo apurou o VE, os moradores concluíram ser este o recurso imediato depois do último comunicado da Sonip em que empresa defende ter “a liberdade de adoptar a modalidade de venda que melhor satisfaz os seus interesses comerciais”.

“Relativamente ao valor do contrato fixado em moeda estrangeira, não há qualquer inconformidade legal, portanto, no âmbito da autonomia negocial, a Sonip tem a faculdade de escolher a moeda de obrigação e, de igual modo, nada impede que os moradores efectuem o pagamento na moeda nacional”, sublinha no comunicado, acrescentando que “a referência cambial para o pagamento das rendas é a estabelecida pelo BNA”.

Os moradores, por sua vez, defendem a desindexação. Apresentam como razão o facto de ser este o tratamento que foi dado nas outras centralidades como confirmou, em entrevista recente ao VALOR, o presidente da Imogestin.

“A princípio previa-se que os valores das prestações estariam indexados ao

dólar, mas foi desindexado. Previa-se também que o valor das prestações pudessem ser actualizados com base no índice do preço ao consumidor, também o Executivo aprovou, por nossa proposta, que fosse retirado porque, senão, neste momento, teria dois dígitos, o que significava que as prestações anuais passavam para mais de 30%”, explicou Rui Cruz.

No entanto, a Sonip defende que estas soluções não se colocam para o Condomínio Vida Pacífica por não estar “inserido no programa nacional de urbanismo e habitação (PNUH) como é o caso das centralidades do Kilamba e do Sequele” por ser “um projecto habitacional de propriedade exclusiva da Sonip”.

Os moradores argumentam, por seu lado, que concorreram às compras dos apartamentos, sem nunca terem sido informados que o projecto era propriedade exclusiva da Sonip. Ou seja, assinaram os contratos cientes de que esta-

550

Dólares, valor da prestação mensal da T4

vam a concorrer para um dos projectos afectos ao PNUH, pelo que o erro “deve ser atribuído à Sonip por violação ao direito à informação”, como sublinha o advogado Bruno Dissidi. O mesmo que propõe, entretanto, a necessidade de as partes esgotarem todas as possibilidades administrativas antes de fazerem recurso à justiça.

Segundo apurou o VE, a Sonangol adquiriu os edifícios muito antes de ter sido seleccionada, em 2010, para

substituir o extinto Gabinete de Reconstrução Nacional e, sequencialmente, ficar com a gestão da construção e da venda dos imóveis construídos no âmbito do PNUH.

No entanto, no momento da venda das unidades dos projectos do PNUH, em 2013, a Sonip incluiu as suas unidades, cerca de 1.500, no lote de venda dos projectos do PNUH sem fazer qualquer distinção. Ou seja, os moradores concorreram seguindo os mesmos procedimentos dos candidatos das unidades das demais centralidades.

“A única coisa que tínhamos de fazer era escolher o apartamento consoante o modelo e os preços. Nunca nos foi dito que este projecto era da Sonangol, agora não nos podem vir com este argumento”, reclamou uma das moradoras.

Em socorro dos moradores, o advogado Bruno Dissidi insiste que “houve também um acto de apro-

veitamento” por parte da Sonip. “Se não vejamos, por que razão a Sonip coloca à venda em simultâneo com as centralidades? Porque não fez distinção nos contratos?”, questiona.

Face ao impasse e considerando os incumprimentos nos pagamentos das prestações, a Sonip alerta, no comunicado, “que o atraso no pagamento das rendas coloca os moradores em situação de mora perante a Sonip, o que pode conduzir à resolução do contrato”. No condomínio, as prestações mensais estão fixadas em 325 e 550 dólares para as tipologias T3 e T4, respectivamente.

Em princípio, os moradores deveriam começar a pagar as prestações em Março de 2014, mas tal não aconteceu devido à tramitação do processo de gestão da Sonip para a Imogestin, que durou cerca de dois anos com a situação a ficar regularizada em 2016. Desde então, emergiu o litígio.





Somos todos nós



# SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

**Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).**

**Reposição às segundas-feiras à 01h.**

FALAR  
CLARO

# Gestão

ACADEMIA JUNTOU MAIS DE SETE CENTENAS EM LUANDA

## ‘Mentora’ destaca papel do líder em conferência internacional



Dárdano Santos, fundador da Move Angola

**EVENTO.** Com mais de 700 presenças, a academia de liderança ‘Mentora’ realizou a terceira ‘Conferência Internacional de Liderança’, com a participação de prelectores angolanos e portugueses.

Por António Miguel

A empresa Mentora realizou a terceira edição da ‘Conferência Internacional de Liderança’ denominada ‘Move Angola’, sob o mote “Eleva-te”, que contou com a participação de conferencistas nacionais e estrangeiros.

Sara Batalha, Mário Rui Boto, Dárdano Santos, Marco Victor foram os nomes que desfilaram temas, no Memorial António Agostinho

Neto, em Luanda, como ‘Estilo de vida’, ‘Comunicação’, ‘Liderança’ e ‘Inteligência Emocional’, com vista a “impulsionar Angola no desenvolvimento e construção de líderes na vida particular e profissional”.

A jornalista portuguesa e perita em comunicação Sara Batalha dissertou sobre a necessidade do saber comunicar para se ser um líder de sucesso, adiantando que “só se faz conhecer um país pela forma como nos comunicamos”. Para Batalha, “um bom líder é aquele que sabe comunicar os valores e ajusta a sua comunicação às preferências de comunicação dos outros. O que nos une é poder perceber a forma de comunicar os valores”, defendeu.

Dárdano Santos, palestrante angolano e fundador da Move Angola e da Mentora, teve a responsabilidade de apresentar o tema sobre liderança. O ‘speaker’ destacou a adesão do público, mas não só pela perspectiva numérica, uma vez que estiveram presentes mais de 700 pessoas. “Aquilo que nos move não é o balanço numérico, mas sim o que fica para além de nós”, considerou.

Mário Rui Boto, pastor português e especialista em teologia, dissertou sobre o ‘Estilo de vida’ e o angolano Marco Patrice Victor, que trabalha como ‘mental coach’ da equipa do Clube Desportivo do Primeiro de Agosto, falou sobre ‘Inteligência Emocional’.

Kayaya Júnior, apresentador e colaborador do evento, lamentou, no entanto, a ausência de muitas pessoas no evento, julgando que “quem não esteve presente perdeu a possibilidade de perceber as linhas mestras para se descobrir a versão de si próprio”. Apesar de não se ter atingido a meta dos 900 espectadores, a organização do evento fez um balanço positivo da conferência.

A Move Angola Conferência Internacional de Liderança é realizada desde 2015 e surgiu com o objectivo de “impulsionar Angola no desenvolvimento e construção de líderes, para inspirar estudantes, pais, jovens empreendedores e empresários”.



FORTUNA

### Bezos aproxima-se novamente de Bill Gates

A fortuna do fundador da Amazon, Jeff Bezos, aumentou 5,6 mil milhões de euros, depois de a empresa ter divulgado os resultados do terceiro trimestre deste ano, superando as previsões de Wall Street. No fecho de sessão da passada quinta-feira, Bill Gates tinha 75,5 mil milhões de euros, mais 3,86 mil milhões do que o fundador da Amazon. Gates tem sido a pessoa mais rica do mundo desde 2013, tendo perdido o lugar para Bezos durante as negociações intra-diárias, no dia 27 de Julho deste ano, mas recuperou logo no final da sessão.

Alguns analistas chegaram a afirmar que, se os ganhos bolsistas se mantiverem nos próximos dias, Bezos provavelmente ultrapassará Bill Gates no Bloomberg Billionaires Index, um ‘ranking’ diário das 500 pessoas mais ricas do mundo. O fundador da Amazon já conseguiu aumentar este ano a sua fortuna em 15,55 mil milhões de euros (28%). Já a ‘conta bancária’ de Gates cresceu em 4,77 mil milhões de euros (6,7%), mesmo depois de ter doado 3,95 mil milhões de euros à Fundação Bill & Melinda Gates, em Agosto.

O co-fundador da Microsoft, de 61 anos, distribuiu cerca de 700 milhões de acções da Microsoft e 2,49 mil milhões de euros e outros activos desde 1996, de acordo com a Bloomberg. Caso ainda tivesse esses activos, a fortuna de Gates chegaria aos 130 mil milhões de euros, calculam os analistas.

# O empoderamento dos novos trabalhadores do milagre chinês



Michael Spence

O sucesso da China nos próximos cinco anos dependerá, em grande medida, de quão bem o governo irá gerir as tensões subjacentes à sua agenda complexa. Em particular, os líderes da China terão de equilibrar um partido comunista musculado, estabelecendo padrões e protegendo o interesse público, com um mercado forte e potente, conduzindo a economia rumo ao futuro.

Como revelou o 19.º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, grande parte do foco foi sobre quem ocupará os principais cargos na administração do presidente Xi Jinping nos próximos cinco anos. Mas a trajectória futura da China depende crucialmente de outro grupo de líderes, que receberam muito menos atenção: os tecnocratas que realizarão as tarefas específicas associadas à reforma e transformação económica da China.

Ao longo das últimas quatro décadas, os tecnocratas chineses projectaram de forma colectiva uma transformação milagrosa. A geração actual, um grupo talentoso de formuladores de políticas, vai demitir-se em Março de 2018 ou em torno dessa data, passando o testemunho para uma nova geração. Esta geração - altamente educada, experiente e, na sua grande maioria, bem-sucedida por mérito próprio - está preparada para gerir o progresso económico e social da China com muita competência e dedicação. A questão é se terão mar-

gem de manobra.

Uma coisa é certa: a próxima geração de tecnocratas enfrentará condições muito diferentes daquelas encontradas pelos seus predecessores. A China chegou a um momento de significativa incerteza. Além das questões inerentes ao processo de renovação geracional, houve uma mudança dramática no quadro de política dominante da China sob Xi.

Sob Deng Xiaoping - o líder que iniciou a "reforma e abertura" radical de China em 1978, o objectivo político singular foi a transformação e o crescimento económico interno, que seria alcançado com um modelo de tomada de decisão colaborativo que incluía um vigoroso debate interno. Deng descartou explicitamente uma agenda internacional mais ampla para a China - ditame que os políticos da China seguiram durante mais de três décadas.

Desde que assumiu o poder em 2012, Xi alterou este quadro de políticas de várias formas. Para começar, abordou a corrupção endémica que minava a credibilidade do PCC (e, por extensão, o modelo de governação chinês), lançando uma campanha sem precedentes contra a corrupção que alcançou os mais altos níveis de liderança do partido.

Muitos esperavam que a campanha anti-corrupção de Xi fosse uma iniciativa temporária, destinada a abrir caminho para a implementação de reformas económicas mais agressivas anunciadas em 2013 na Terceira Sessão Plenária do 18.º Comité Central. Em vez disso, a campanha tornou-se essencialmente uma característica permanente da administração de Xi.

Xi acredita que a legitimidade de um governo é, na sua essência, uma função de valores partilhados de forma consistente, juntamente com o progresso económico e social, onde o compromisso estrito com o interesse público tem prioridade sobre a forma de governação. Enquanto poucos observadores ocidentais reconheceram plenamente esta perspectiva, os acontecimentos ocorridos no Ocidente nos últimos dez anos - a crise



*Nos próximos cinco anos, o sucesso da China dependerá, em grande medida, de como será gerida a agenda complexa do governo e as suas tensões subjacentes. Para alcançar os seus objectivos.*

financeira de 2008, o aumento da desigualdade salarial e da riqueza e a intensificação da polarização política - reforçaram esta mentalidade.

Como consequência, os líderes e cidadãos chineses estão mais convencidos do que nunca de que um governo de um único partido forte é um pilar essencial de estabilidade e de crescimento. Acreditam que o foco no Ocidente na forma de governação, ao contrário de resultados económicos e sociais inclusivos, está errado, porque os sistemas demo-

cráticos e autocráticos podem ser de igual forma corrompidos.

Além disso, a agenda económica da China, sob a administração de Xi, expandiu-se para além do foco restrito do crescimento e do desenvolvimento doméstico, para incluir um esforço concertado para ampliar a influência chinesa na economia global, especialmente no mundo em vias de desenvolvimento. Esta agenda externa ampla e em expansão gera pressões sobre os recursos - não se pode ser o investidor externo dominante em África e na Ásia Central sem investir muito dinheiro - enquanto influenciam as escolhas políticas. Por exemplo, as empresas estatais, incluindo os bancos, podem responder de forma mais flexível do que as empresas puramente privadas a uma combinação variável de incentivos públicos e privados e retornos de investimento.

Finalmente, nos últimos anos, os quadros políticos da China reflectiram cada vez mais a tensão inerente entre o imperativo de longo prazo em garantir a estabilidade social e política e o objectivo mais moderno da liberalização do mercado. A liderança chinesa permanece firmemente empenhada em proteger os interesses do partido que, no seu entender, coincidem com os da sociedade. Por este motivo, o PCC continua a concentrar-se em manter a ordem e incutir valores em todos os aspectos da vida chinesa, mantendo uma presença activa não só nos debates políticos, mas também nas actividades do sector privado e nos assuntos sociais.

Ao mesmo tempo, o governo procura dar aos mercados um papel mais decisivo na economia, impulsionar o poder do empreendedorismo e da inovação e responder de forma mais efectiva às necessidades e desejos de uma classe média jovem, educada e de rápido crescimento. E por uma boa razão: estes são os motores internos que permitiram que a China atingisse um crescimento anual do PIB de 6-7%, tendo como cenário uma mudança estrutural difícil e uma transição de rendimento médio, levada a cabo numa

economia global relativamente frágil. É difícil dizer com toda a certeza se estes dois objectivos se contrapõem de forma directa. Mas existem motivos para preocupação. O tipo de concorrência dinâmica que leva à inovação fica, afinal, distante de um processo orientado centralmente, embora as escolhas do sector público em áreas como a investigação básica tenham um impacto substancial.

Além disso, tanto na formulação de políticas como no mundo académico, o debate activo é indispensável para diferenciar as boas das más ideias. No entanto, enquanto o sistema chinês provou a sua capacidade para o debate de políticas internas de alto nível entre participantes altamente preparados e experientes cuja lealdade não está em causa, e que seguidamente actuam de forma rápida e decisiva, os líderes da China continuam desconfiados dos debates e comentários públicos sem restrições. Mas muitas escolhas políticas complexas - como por exemplo, sobre a reforma e abertura do sector financeiro - poderiam beneficiar deste processo que uma maior abertura pode oferecer.

Nos próximos cinco anos, o sucesso da China dependerá, em grande medida, de como será gerida a agenda complexa do governo e as suas tensões subjacentes. Para alcançar os seus objectivos, os líderes chineses terão de encontrar um equilíbrio delicado entre um partido forte, disciplinado e omnipresente, que estabeleça padrões e protege o interesse público, e os mercados inovadores, capacitados e potentes, levando a economia rumo ao futuro.

*Michael Spence, Prémio Nobel de Economia, é Professor de Economia na Escola de Negócios Stern da Universidade de Nova Iorque, Ilustre Visiting Fellow no Conselho de Relações Exteriores, Senior Fellow da Instituição de Hoover na Universidade de Stanford. É autor de A Próxima Convergência - O Futuro do Crescimento Económico num Mundo a várias Velocidades.*

# Internacional

## DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

# Presidente da Catalunha arrisca-se a pena de prisão

**INDEPENDÊNCIA.** Bandeiras de Espanha começaram a ser arrancadas, desde sexta-feira, em Barcelona, momentos depois de a Catalunha declarar-se separada do território espanhol. O governo central promete restabelecer a legalidade, enquanto o Ministério Público abre processo contra independentistas.

Por António Miguel

O presidente da Catalunha, Carles Puigdemont, e membros do seu governo regional, bem como os deputados da assembleia local, arriscam-se a cumprir uma pena de prisão, na sequência da declaração de independência, considerada inconstitucional pela justiça espanhola.

“O governo vai tomar todas as decisões para restaurar a legalidade no território”, foram com estas palavras que o primeiro-ministro de Espanha, Mariano Rajoy, reagiu à declaração de independência da Catalunha, momentos depois de receber ‘luz verde’ do Senado para suspender a autonomia da região.

“O objectivo é recuperar a legalidade e, por isso, digo a todos os espanhóis, a todos os catalães que se mantenham tranquilos, que as coisas vão ser bem feitas, com medida e eficácia como temos feito até hoje”, frisou Rajoy, acrescentando que “a Espanha é um país sério, uma grande nação e não estamos dispostos a ver a forma como algumas pessoas pretendem liquidar a nossa Constituição e as nossas formas de convívios e as regras do jogo que fizeram com que, em 40 anos, Espanha se convertesse num dos países mais prósperos e democráticos do mundo”.

Com 214 votos a favor e 47 contra, o Senado Espanhol autorizou o executivo central a aplicar o artigo 155 da Constituição para dissolver o executivo regional e colocar sob tutela de Madrid o parlamento, as finanças e a polícia catalãs. O governo, entre outras medidas, vai interpor uma



Carles Puigdemont,  
presidente da Catalunha

queixa no Tribunal Constitucional para invalidar o voto no parlamento catalão, enquanto o Ministério Público se encontra já a realizar diligências contra os deputados e membros do executivo catalão.

De acordo com Rajoy, a autorização para dissolver o parlamento catalão tem o objectivo de permitir que se convoquem eleições na região dentro dos próximos três meses. De acordo com o artigo 155, o exercício do poder

até às eleições regionais será responsabilidade “dos órgãos ou autoridades designados pelo governo central”. As medidas também limitam as competências do Parlamento catalão, já que o seu presidente não poderá propor um candidato ao governo da província e o plenário não poderá debater nem aprovar a sua posse.

“Estas são as medidas mais importantes. Mas há outras”, afirmou o primeiro-ministro espanhol.

Entretanto, em Barcelona, capital da Catalunha, as bandeiras de Espanha começaram já a ser arrancadas das instituições públicas catalãs.

O documento aprovado pelo Parlamento catalão exige que o governo autónomo tome todas as medidas necessárias para a entrada em vigor da chamada “Lei de Transitoriedade Jurídica e Fundacional da República”, que é considerada ilegal pelo Tribunal Constitucional espanhol.

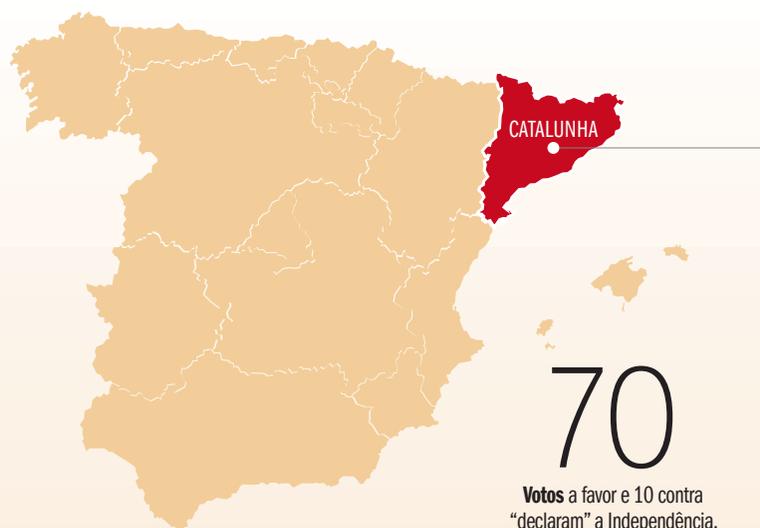
Antes da votação, a presidente do parlamento, Carme Forcadell, afirmou que a decisão estaria sujeita a possíveis intervenções do tribunal.

A moção em favor da independência foi aprovada em votação secreta, com 70 votos a favor, dez contra e duas abstenções. Antes, 53 deputados, de um total de 135, haviam abandonado a sessão. Em seguida, com 71 votos a favor, oito contra e três abstenções, o Parlamento também aprovou outra resolução declarando “o início e a abertura do processo constituinte” (da República). A decisão foi comemorada por multidões de separatistas diante do Parlamento em Barcelona. As autoridades catalãs entraram em rota de colisão com as de Madrid há muitos meses, mas a crise se aprofundou com a convocação de um referendo sobre a independência que ocorreu a 1 de outubro.

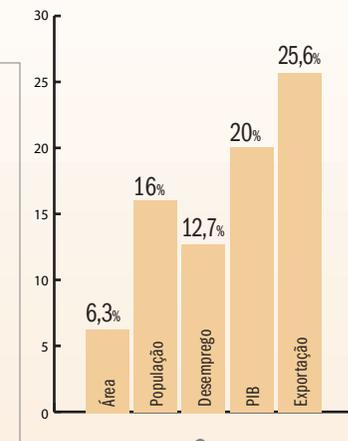
### ECONOMIA CATALÃ

A Catalunha representa 19% do Produto Interno Bruto (PIB) espanhol de 2016, competindo diretamente com a capital Madrid (18,9%) para ser a região mais rica do país. O PIB per

### Economia de Espanha



### Participação da Catalunha na Espanha





**AS ELEIÇÕES**, previsto para sábado, 29, em quatro condados do Quênia, onde à a eleição presidencial não pode ter lugar quinta-feira, devido a onda de violência, foi adiado sem data pela Comissão eleitoral.



**MAIS DE 500** togoleses refugiaram-se no Ghana, fugindo a repressão das forças da ordem, na região de Mango, revelaram funcionários da Organização das Nações Unidas.

capita figura na quarta posição (28.600 euros ante uma média de 24.000 euros na Espanha), atrás apenas de Madrid, do País Basco e de Navarra. A taxa de desemprego, similar à da capital, é bastante inferior ao resto do país (13,2% no segundo trimestre de 2017 contra 17,2% na média nacional). Em Madrid, o índice está em 13%.

#### INDÚSTRIA

O agroalimentar é o maior sector industrial da Catalunha em termos de emprego e volume de negócios graças à indústria da carne e, em particular, ao segmento de suínos. A região concentra por outro lado metade de toda a produção química da Espanha, com um grande polo em Tarragona. A sua actividade é superior a de certos países europeus, como a Áustria, segundo dados da federação regional do sector.

#### TURISMO

Com sua capital Barcelona e com as praias de sua Costa Brava, é a região espanhola que atrai mais turistas estrangeiros. A tendência se acentuou nos últimos anos. Mais de 18 milhões de pessoas visitaram a Catalunha em 2016, representando praticamente 25% do total de estrangeiros recebidos pelo país.

O seu aeroporto é o segundo mais movimentado da Espanha, depois de Madrid. Recebeu em 2016 mais de 44 milhões de passageiros e é muito utilizado por empresas aéreas de baixo custo, que querem criar ali uma plataforma europeia para voos de larga escala com destino ao continente americano. Já o porto de Barcelona é o terceiro mais usado da Espanha em volume de mercadorias, atrás de Algeciras e Valência, mas é um dos mais relevantes da Europa em termos de cruzeiros de viagem.

#### DÍVIDA

O peso da dívida pública é um dos pontos fracos da Catalunha, já que representa 35,2% de seu PIB, o que faz da região a terceira mais endividada da Espanha em termos relativos no primeiro trimestre de 2017. Em valor absoluto, a Catalunha é a região mais endividada, com 75,4 bilhões de euros em empréstimos a serem pagos, segundo dados de Março.

A dívida catalã, rebaixada pelas agências de risco para a categoria especulativa, impede que o governo regional se financie directamente nos mercados, dependendo de empréstimos do governo central.



Moçambique e a China têm projectos em energia e recursos minerais e comunicações.

**AVALIADA EM 36 MILHÕES DE DÓLARES**

## China perdoa dívida de Moçambique

A China vai perdoar parcialmente uma dívida de Moçambique, referente a quatro empréstimos, no valor 239,26 milhões de yuans (cerca de 36 milhões de dólares). O anúncio foi feito durante a cerimónia de assinatura de acordos de cooperação económica e técnica entre os dois países pela vice-ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Nyeleti Mondlane, e o embaixador da China, em Moçambique, Sujian. Nyeleti Mondlane afirmou que o perdão da dívida reveste-se de importância primordial por contribuir para

uma melhor reprogramação do orçamento e aplicação dos recursos que Moçambique possui. “Este gesto do governo da República Popular da China representa o consistente apoio à Moçambique na prossecução dos seus objectivos, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento económico e social.

Segundo a vice-ministra, o governo moçambicano e a China têm vindo a desenvolver uma vasta gama de projectos, incluindo nas áreas tradicionais de infra-estruturas, energia e recursos minerais, agricultura, turismo, transportes e comunicações. Por seu turno, o embaixador Sujian explicou que o objectivo da China é diminuir a pressão da dívida do governo moçambicano.



Teodorin Obiang, filho do presidente da Guiné Equatorial

**GUINÉ EQUATORIAL**

## Filho do presidente condenado

O filho do presidente da Guiné Equatorial e vice-presidente, Teodorin Obiang, foi condenado, sexta-feira, 27, a três anos de prisão com pena suspensa por ter construído fraudulentamente em França um património considerável.

Teodoro Obiang Nguema, conhecido como Teodorin, de 48 anos, e que não compareceu no tribunal de Paris que o julgou, foi considerado culpado de branqueamento, abuso de bens sociais, desvio de fundos públicos, abuso de confiança e corrupção. O tribunal ordenou ainda o confisco de todos os seus bens arrestados, entre os quais um luxuoso hotel particular Avenida Foch em Paris.

**ECONOMIA DE CABO VERDE**

## Governo quer crescimento de 7%

Cabo Verde terá de “acelerar e correr muito” para alcançar a meta de 7% de crescimento económico, segundo o presidente cabo-verdiano, Jorge Carlos Fonseca, que classificou a meta como “muito optimista”, mas dificilmente atingível no mandato do Governo.

“Se estamos em 3,8% (2016) e vamos para 5,5% (estimativa do governo para 2018), para chegarmos aos 7% em 2021 é preciso correr muito, acelerar muito, trabalhar muito e é, sobretudo, preciso mais rigor, mais disciplina. Sem rigor, não chegamos lá”, afirmou Jorge Carlos Fonseca.

Segundo a Lusa, o actual executivo cabo-verdiano estabeleceu, ainda em campanha eleitoral, como meta para o crescimento económico do país 7% em média anual, tendo, entretanto, apontado a meta para o final do mandato em 2021, contrariando as previsões das instituições internacionais (FMI, BM) que estimam um crescimento a rondar os 4%.

Para o chefe de Estado cabo-verdiano, a receita para o crescimento do país leva a “políticas mais clarividentes, lúcidas e concretas de incentivo aos empresários e ao emprego jovem”, a que se juntam capacidade de “atração do investimento directo estrangeiro, alargamento do espectro das parcerias internacionais” e uma “administração pública mais eficiente e mais dedicada ao serviço público”.



Carlos Fonseca, presidente cabo-verdiano

# Ambiente

SÍNTESE SERÁ APRESENTADA EM NOVEMBRO, EM BONA, NA ALEMANHA

## Acidificação vai afectar todas as espécies marinhas

**OCEANOS.** Novo estudo revela que quem mais sofre com a acidificação oceânica, causada pelas emissões de CO<sub>2</sub>, são as espécies em estado de infância. Mas, directa ou indirectamente, todas serão afectadas.

A acidificação oceânica, resultante das emissões de dióxido de carbono, vai afectar, directa ou indirectamente, toda a vida marinha, alerta um relatório do projecto BIOACID que será apresentado na Conferência das Alterações Climáticas das Nações Unidas, em Novembro.

O conjunto de estudos feitos nos últimos oito anos contam com a participação de mais de 250 cientistas e indicam que as espécies marinhas em estado de infância serão mais prejudicialmente afectadas. Os autores dos estudos da BIOACID, cuja

síntese será apresentada no próximo mês, na conferência que se realizará em Bona, na Alemanha, referem que algumas espécies poderão beneficiar directamente deste aumento de acidez, mas que ainda assim poderão ser prejudicadas por alterações na cadeia alimentar.

A síntese revela, contudo, que quase metade das espécies marinhas reagiu negativamente a alterações moderadas na concentração de dióxido de carbono no mar, que resulta em maior acidez oceânica.

Desde 2009 que a equipa de cientistas da BIOACID estuda a acidificação oceânica e como esta pode afectar a vida marinha nas diferentes fases da vida, a cadeia alimentar e a capacidade evolu-

### MEMORIZE

● Os níveis de acidez marinha vão piorar ainda mais graças ao aquecimento global, à poluição, ao desenvolvimento das cidades ao longo da costa, aos fertilizantes agrícolas e à sobrepesca, indica a investigação.

# 250

Cientistas participaram em estudos afins nos últimos oito anos.

tiva e adaptativa das espécies ao oceano mais ácido.

Num estudo publicado em Agosto de 2016, a equipa de cientistas submeteu o bacalhau do mar Báltico e do mar norueguês a condições de acidez oceânica que as espécies poderão encontrar no final do século e concluiu que quem mais sofre são os recém-nascidos, cuja mortalidade duplicou sob condições mais ácidas durante os primeiros 25 dias pós-eclosão, fase fundamental para o recrutamento de população.

Uma das autoras do estudo sobre o bacalhau, Catrionna Clemmensen, da GEOMAR, refere que os resultados mostram que a acidificação deve ser tida em conta “nas projecções de stocks” e “na gestão de stocks de peixe” como

o bacalhau, que é uma espécie “comercialmente importante”. “Só isto nos permitirá definir limites realistas para a pesca e evitar sobrepesca e o esgotamento de stocks de peixe”, acrescentou.

Os oceanos estão 26% com características mais ácidas desde o início da Revolução Industrial, passando de um pH de 8.1 para um pH de 8.2. A acidificação acontece com a dissolução dos combustíveis fósseis na água, que produzem ácido carbónico e baixam o pH da água.

Os níveis de acidez marinha vão piorar ainda mais graças ao aquecimento global, à poluição, ao desenvolvimento das cidades ao longo da costa, aos fertilizantes agrícolas e à sobrepesca, indica a investigação.



A acidificação acontece com a dissolução dos combustíveis fósseis na água.

# Educação & Tecnologia



Em Nova Jersey (EUA), a infracção pode resultar em 15 dias de prisão.

A LEI INCLUI COMPUTADORES, DISPOSITIVOS DE PAGAMENTOS, FOTOGRÁFICOS E DIGITAIS

## Havai multa quem atravessa a rua distraído com telemóvel

**MEDIDA CORRECTIVA.** Multa pode ir até 100 dólares. Trata-se de uma medida para que os peões tirem os olhos do ecrã. Outras cidades já tinham adoptado medidas de prevenção para esta prática perigosa.

A cidade de Honolulu, no Havai, vai passar a multar pessoas que estejam a andar pelas ruas distraídas com os seus telemóveis. Como conta o The Guardian, trata-se de uma medida para obrigar os peões a tirar os olhos

do ecrã enquanto estão a atravessar a estrada.

No projecto de lei, lê-se que “nenhum pedestre deve atravessar uma rua ou estrada enquanto está a olhar para o seu dispositivo electrónico móvel”. Para além dos telemóveis, a lei também inclui outros “dispositivos de envio de mensagens de texto, dispositivos de pagamentos, computadores ou dispositivos fotográficos digitais”. Equipamento

de áudio está excluído desta lista, tal como estar em chamada com alguém em andamento. Usar o telemóvel para emergências também está fora destas restrições. Nem Luanda é excepção no que toca à distração com o telemóvel.

A multa pode chegar aos 99 dólares, mas vai tudo depender do número de infracções que sejam cometidas: a primeira contra ordenação começa nos 35 dólares; na segunda, a multa já sobe para os 75 dólares e a terceira fixa-se nos 99 dólares.

Outras cidades também já tinham adoptado medidas de prevenção para esta prática perigosa. É o caso do estado norte-americano de Nova Jersey, que sanciona com multas que podem chegar aos 50 dólares ou com penas de até 15 dias de prisão. Em Londres, por exemplo, a rua Brick Lane instalou, em 2008, postes de electricidade ‘almo-

# 99

**Dólares:** valor a que pode chegar a multa dos infractores.

### MEMORIZE

● Desde 2013, registaram-se, nos EUA, mais acidentes com peões. No mesmo ano, 1.500 americanos foram tratados por se terem magoado enquanto mandavam mensagens e andavam.

fadados’ a pensar naqueles que chocam nesses postes por distração.

### INOVAÇÃO ALEMÃ

A cidade alemã de Habsburgo verificou que cada vez mais peões passavam as passadeiras distraídos a olhar para o telemóvel. A cidade decidiu agir para evitar acidentes, colocando luzes ‘led’ no chão para alertar os que vão a olhar para os ecrãs enquanto andam.

As luzes no chão funcionam como os semáforos comuns: quando se pode atravessar a passadeira, as luzes verdes iluminam-se. Quando é proibido atravessar, as luzes ficam vermelhas, informa a Smithsonian.

Um comunicado emitido pela empresa que instalou as luzes informa que as passadeiras actuais não são suficientes para pessoas que passam o tempo a olhar para os ecrãs, enquanto caminham.

# Marcas & Estilos

## Foco e negócios

PIQS TT é o primeiro projector portátil do mundo com tecnologia de autofoco e patente virtual, usando o sistema Dual-Optic. É um óptimo companheiro que não apenas projecta vídeos e fotos, mas serve também como ferramenta de apresentação de negócios.



## Versátil

Formal ou casual, com este colar da Hearts Of Length, tudo vai ao encontro do momento. É tão versátil que pode facilmente mudar de estilos quando quiser. Como quebra, ganha um outro adicional.



## À altura do nome

Botas de couro preto com patente checa. Apontado para o pé e com elásticos nas laterais. O logótipo é cromático, a sola e a costura tonais. A Yves Saint Laurent não desiste de surpresas criativas.



## Tempos históricos

Inspirando-se nos primeiros relógios de pulso usados pelos pilotos na década de 1920, a Bell & Ross criou um cronógrafo auto-sinuoso com um único botão de acesso que incorpora todas as funções num único comando.



## Apreciáveis

Apenas disponíveis para os verdadeiros apreciadores. Agora sai no estilo 100% couro de camurça e pele de cabra laminada, com semente de borracha preta colada e devidamente costurada. Estes são os ténis Alabama.



## Banhos inesquecíveis

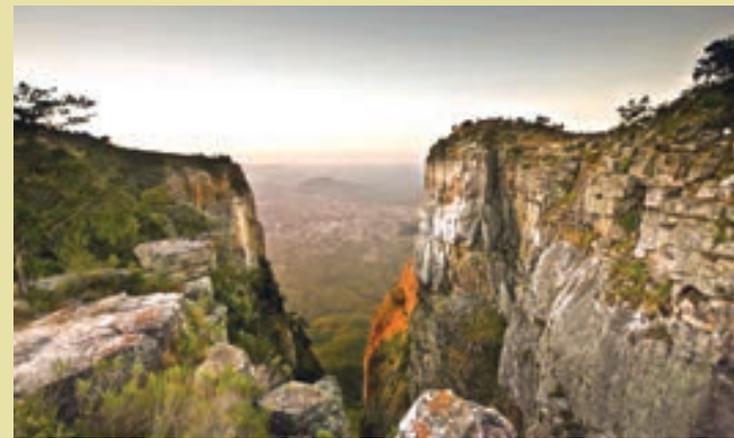
Por 'apenas' 1.300.000 dólares, os seus banhos podem tornar-se eternamente inesquecíveis. E nunca mais serão os mesmos. Adivinhem como! Os gostos mais exigentes já sabem: com esta banheira da Rose Quartz Crystal feita à mão por mestres italianos.



## TURISMO

### Divindade natural

Pode dizer-se, sem medo de errar, que a Fenda da Tundavala, na Huíla, é uma das vistas e mais bonitas que se pode encontrar em Angola, senão mesmo de muitas existentes no mundo. Trata-se de uma falha natural e que, na verdade, acabou por ser divina, uma majestosa janela de tranquilidade que tira o fôlego, mas proporciona o bem-estar e a beleza de contemplar o abismo natural. O silêncio indescritível e as formações rochosas no caminho de acesso muito bonitas tornam a Tundavala num dos locais mais arrebatadores que algum dia terá o prazer de visitar.



## AUTOMÓVEL

### Expressivamente dinâmico

Na sua última geração, o Mercedes-Benz SL apresenta suas clássicas proporções de uma forma mais expressiva e dinâmica do que nunca. O design atraente e moderno caminha lado a lado com a atenção nos detalhes luxuosos, qualidade dos

materiais e construção, sem abrir mão do aspecto desportivo, característica de um verdadeiro 'roadster'. Com desempenho exemplar, os novos modelos são impulsionados por motores V6 (SL 400) e V8 (Mercedes-AMG SL 63).



## AGENDA

### LUANDA

#### ATÉ 30 DE NOVEMBRO

Exposição colectiva intitulada 'Kaluandando.com', de Álvaro Macieira, Horácio Mesquita, Olga Medeiro, Ondjaki, Paulo Amaral, Paulo Kussy, Raúl Rosário, Sanguito, José Pinto, Thó Simões, entre outros, no Camões, a partir das 18 horas.

#### 3 DE NOVEMBRO

Gala de eleição da Miss Talatona 2018, no complexo turístico Kool Park, às 19 horas. Bilhetes a partir de cinco mil kwanzas.

#### 3 DE NOVEMBRO

O músico Ndaka yo Wiñi actua no Restaurante Miami Beach, na Ilha do Cabo, às 21 horas.

#### 3 DE NOVEMBRO

O realizador angolano Baruch Tadisi estreia o filme 'Vingança Contra Amor' nas salas da Zap Cinemas do Centro Comercial Avenida.

#### 3 E 4 DE NOVEMBRO

O 'Show do Mês' apresenta o concerto musical de Maya Cool, no hotel Royal Plaza, em Talatona, às 21 horas. Bilhetes a 12 mil kwanzas.

“É uma honra ser indicada a rainha do Carnaval angolano, a maior festa cultural angolana. Desde pequena que sempre dancei, razão pela qual o Ministério da Cultura pode contar com a minha participação em todas as acções.”

ARTISTA MOBILIZA SOCIEDADE NA MAIOR MANIFESTAÇÃO CULTURAL DO PAÍS

# Yola Semedo à frente do Carnaval 2018

**CARNAVAL.** Aos 39 anos, a conceituada cantora foi indicada, na semana passada, para ser a ‘Rainha’ da maior manifestação cultural do país. Com a indicação, Yola Semedo promete tudo fazer para ajudar a promover e a preservar a história do carnaval.



Yola Semedo mostrou-se satisfeita com a indicação.

Por Lúcia de Almeida

A edição do próximo ano do carnaval angolano terá como rosto promocional a cantora Yola Semedo. A indicação da cantora foi feita na sexta-feira passada (27), pela ministra da Cultura, Carolina Cerqueira, para desempenhar, nesse período, a função de embaixadora da maior manifestação cultural angolana.

O encontro, em que a diva da música angolana foi indicada para estar à frente do carnaval, serviu também para uma abordagem sobre o projecto governamental de internacionalização da cultura angolana, além de se pretender levar, com a indicação, todos os segmentos da sociedade angolana a participarem activamente na maior manifestação cultural angolana.

Carolina Cerqueira fez saber que a envolvência dos artistas e agentes culturais nas acções do carnaval enquadra-se no projecto de internacionalização da cultura angolana,

bem como a forma de dar a festa em causa uma outra dimensão, tendo em conta o facto de ser uma modalidade que traz a público a história da cultura do país.

A partir da data em causa, Yola Semedo será incluída em todas as actividades ligadas ao Entrudo, tendo igualmente a missão de o divulgar sempre que estiver em algum fórum cultural, nomeadamente durante as suas aparições públicas (espectáculos, entre outras actividades).

Natural de Benguela, Yola Semedo mostrou-se satisfeita com a indicação e disse que tudo fará no sentido de ajudar a promover e preservar a história do carnaval angolano. “É uma honra ser indicada a rainha do carnaval angolano, a maior festa cultural angolana. Desde pequena que sempre dancei, razão pela qual o Ministério da Cultura pode contar com a minha participação em todas as acções”, reforçou a artista.

Sobre o projecto de internacionalização da cultura angolana, Yola Semedo adiantou que os artis-

*Carolina Cerqueira fez saber que a envolvência dos artistas e agentes culturais nas acções do carnaval enquadra-se no projecto de internacionalização da cultura angolana*

tas angolanos têm feito tudo no sentido de levar além-fronteiras o nome de Angola. “Através da música temos conseguido fazer com vários povos saibam um pouco mais sobre a história de Angola e com um projecto bem delineado e sob a condição das

## Origem da festa

O carnaval chegou a Angola há vários anos por via dos portugueses. A performance de cada grupo era definida na base dos aplausos e aceitação do público, sendo considerado o melhor quem arrastasse maior número de foliões.

Após a independência, alcançada a 11 de Novembro de 1975, o primeiro carnaval aconteceu em 1978, tendo como vencedor a União Operário Kabocomeu.

O ressurgir das festividades carnavalescas na então República Popular de Angola foi protagonizado pelo fundador da nação e primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto, designando o Entrudo de Carnaval da Vitória.

Num discurso realizado no actual distrito do Cazenga, o escritor e também poeta nacional apelou aos angolanos à celebração das vitórias conquistadas pelo país.

autoridades vamos, de certeza, reforçar as acções de promoção do nome do país, através da cultura no exterior”, afirmou a filha da terra das acácias rubras.

A autora dos sucessos ‘Você me Abana’, ‘Volta’, ‘Hipérbole do Amor’,

entre outros considerou que a aposta do Ministério da Cultura em aproximar e buscar sugestões sobre o sector nos agentes culturais é bem-vinda, por serem os principais promotores e preservadores dos traços identitários da angolanidade.

NÚMEROS DA SEMANA

65.225

É o total de empresas que foram constituídas pelo Guiché Único da Empresa (GUE), desde 2004 até setembro de 2017.

15

Milhões de euros é o valor do investimento público-privado que o Estado autorizou para a procura de ouro no sul de Angola no mês de Setembro.

100

É o número de tanques para a prática da aquicultura que começaram a ser construídos no próximo mês, no Cunene, segundo a direcção da agricultura da província.

50

Milhões de dólares é o valor de investimento que o grupo privado Obvious Catito prevê investir em dois projectos industriais.

TAXA PREVISTA PARA ESTE ANO É DE 22,9%

# Governo revê em alta inflação

O Governo angolano reviu em alta o valor da inflação esperada para este ano, para 22,9%, mas também prevê angariar mais receita fiscal com a exportação petrolífera, face às metas inscritas no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017.

As novas estimativas fazem parte do Plano Intercalar do executivo a seis meses (Outubro a Março), para melhorar a situação económica e social do país, aprovado a 10 deste mês, na primeira reunião do conse-

lho de ministros presidida pelo novo chefe de Estado, João Lourenço.

O documento eleva a previsão da inflação, até ao final deste ano, para 22,9%, contra os 15,8% inscritos no OGE para 2017, definido pelo Governo anterior, liderado pelo ex-Presidente José Eduardo dos Santos.

Apesar de rever em alta a inflação, essa previsão fica longe do valor de 2016, quando os preços em Angola, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), dispararam 42% entre

o início e o fim do ano, devido à crise financeira, económica e cambial que o país atravessa.

O documento com o Plano Intercalar do Executivo a seis meses, citado pela Lusa, refere que “algumas medidas de política necessárias e inadiáveis podem ser impopulares” e por isso “politicamente sensíveis”, desde logo a introdução e alterações nos regimes fiscais. Nas previsões que constam deste plano, o Governo refere esperar alcançar um crescimento económico de 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 e revê em alta o preço médio do barril de petróleo a exportar, que passa da meta de 46 dólares, inscrita no OGE, para uma previsão de 48,4 dólares.

Depois de uma quebra no PIB petrolífero em 2016 (-2,3%), a previsão do Governo passa agora por um crescimento ténue, de 0,6%, este ano, enquanto o PIB não petrolífero deverá aumentar 1,6%, face aos 1,2% do próximo ano.



PARA TRAVAR ESPECULAÇÃO DE PREÇOS

# Subsídio de Natal pago em prestações

O Ministério das Finanças anunciou que começou a pagar, em Setembro, o subsídio de Natal de 2017 a funcionários públicos e pensionistas, prevendo quatro prestações, nomeadamente para travar a especulação de preços em Dezembro.

Em comunicado enviado à imprensa, o Ministério comandado por Archer Mangureira refere que o pagamento será feito em quatro prestações, num modelo semelhante ao que já aconteceu em 2016.

A medida, explica o Ministério, permitirá ao executivo “honrar os seus compromissos e suavizar as pres-

sões de tesouraria decorrentes destes pagamentos”, bem como deverá “evitar que, em Dezembro, ocorra um excesso de moeda em circulação”, situação que poderia “pressionar a inflação e deteriorar o poder de compra dos cidadãos”.

Para o Ministério das Finanças, trata-se de um “novo normal”, com a redução dos recursos financeiros do Estado, mas com o Governo a tentar satisfazer os seus principais compromissos, nomeadamente o pagamento de salários, o serviço da dívida e as despesas mínimas de funcionamento do aparelho do Estado.



## NOVAS MEXIDAS Mário Gavião na presidência da CMC

O jurista Mário Gavião foi indicado, na passada sexta-feira, pelo Presidente da República, João Lourenço, para presidir à Comissão do Mercado de Capitais (CMC), em substituição de Vera Daves de Sousa, que agora desempenha as funções de secretária de Estado para as Finanças e Tesouro.

Mário Gavião é licenciado em Direito pela faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, onde se especializou em Ciências Jurídico-Económicas.

Ao longo do seu percurso profissional, desempenhou funções como responsável pelo gabinete de supervisão e contencioso da CMC. Em 2011 fez parte da comissão de reestruturação e gestão da CMC e em 2012 foi nomeado administrador executivo desta mesma entidade.

Em Setembro de 2016, foi nomeado, por decreto presidencial, administrador executivo da CMC.

## O VALOR ESTA SEMANA

### AVALIAÇÃO DA MOODY'S Rating do BAI cai

O fraco poder creditício do Governo angolano está na origem da redução, na semana passada, das classificações gerais de depósitos em moeda nacional de longo prazo do BAI. A agência de anotação financeira Moody's reviu as classificações de BA1 para B2, enquanto a de moeda estrangeira, também de longo prazo, passou de B2 para B3. **Pág.16**



### EM 2018 Petróleo nos 56 USD

O preço médio do petróleo deverá atingir 56 dólares por barril, em 2018, contra os actuais 53 dólares, prevê um estudo do Banco Mundial, recentemente divulgado, referindo que o novo cenário deverá ser impulsionado por uma procura cada vez maior, cortes de produção acordados entre os exportadores e a estabilização da produção de petróleo de xisto nos Estados Unidos da América (EUA). **Pág. 8**

### MOEDA ESTRANGEIRA Crédito 'encolhe' há 7 anos

Os bancos comerciais com resultados financeiros do ano passado declarados anunciaram um recuo de cinco pontos percentuais no crédito em moeda estrangeira, ao sair de 35% em 2015 para 30% até 31 de Dezembro do ano passado, indica o mais recente relatório 'Banca em Análise', que já calcula sete anos de queda deste indicador financeiro. **Pág.15**